



**POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL  
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS**

**POLICIAMENTO COMUNITÁRIO MONTADO**

**Autores: CAD QOPM Marcus Emanuel de Oliveira Barros  
CAD QOPM Lívia Araújo da Fonseca de Araújo  
Orientador: CAP QOPM Diego de Araújo Rodrigues  
Coorientador: CAP QOPM Geraldo Neiva de Almeida**

**Brasília/DF  
2022**



**MARCUS EMANUEL DE OLIVEIRA BARROS  
LÍVIA ARAÚJO DA FONSECA DE ARAÚJO**

**POLICIAMENTO COMUNITÁRIO MONTADO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Graduação em Ciências Policiais do Instituto Superior de Ciências Policiais, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Policiais.

Orientador: CAP QOPM Diego de Araújo Rodrigues

Coorientador: CAP QOPM Geraldo Neiva de Almeida

**MARCUS EMANUEL DE OLIVEIRA BARROS  
LÍVIA ARAÚJO DA FONSECA DE ARAÚJO**

**POLICIAMENTO COMUNITÁRIO MONTADO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Graduação em Ciências Policiais do Instituto Superior de Ciências Policiais, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Policiais.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professor Orientador: CAP QOPM Diego de Araújo Rodrigues - Especialista

---

Professor Coorientador: CAP QOPM Geraldo Neiva de Almeida - Especialista

---

Examinador Externo 1: MAJ QOPM Davis Heberton de Sousa – Pós Graduação CAE

---

Examinador Externo 2: MAJ QOPM Marcio Julio da Silva Mattos - Doutor

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, força suprema e inexorável, por nos permitir chegar até aqui e por enraizar em nossos corações a perseverança, mãe de todas as conquistas, na busca por nossos objetivos e ambições.

Aos orientadores CAP QOPM Diego de Araújo Rodrigues e CAP QOPM Geraldo Neiva de Almeida pelo empenho e dedicação para que fosse extraído o melhor de nossas capacidades.

Aos nossos familiares pelo apoio incondicional, incentivo e compreensão pela nossa ausência durante esses três longos anos de formação, para que fosse vencida essa dura etapa em nossas vidas.

*“De noite, o estampido seco dos tiros  
o grito de desespero  
os corpos dos jovens caídos no chão.  
De manhã, o silêncio profundo,  
o medo  
a apreensão.  
Vocês viram algo?  
Ninguém viu nada não moço!  
Ninguém viu nada não.” (Júnio William  
Papa)*

# **POLICIAMENTO COMUNITÁRIO MONTADO**

## **RESUMO**

MARCUS EMANUEL DE OLIVEIRA BARROS  
LÍVIA ARAÚJO DA FONSECA DE ARAÚJO

Este trabalho visa desenvolver um novo modelo de policiamento comunitário utilizando-se o policiamento montado realizado pelo Regimento de Polícia Montada Coronel Rabelo (RPMon-PMDF). O policiamento comunitário montado tem com o objetivo a aproximação com a comunidade com auxílio do cavalo que aumenta a atração das pessoas. A metodologia utilizada para averiguar a possibilidade e a atratividade das pessoas pelo cavalo foi o aproveitamento de um policiamento montado já existente nos parques do Distrito Federal e com a mudança de comportamento dos policiais militares foi analisado através de questionários antes e depois desta mudança sobre o comportamento dos frequentadores frente a nova postura do policial. Os principais resultados alcançados foram respostas positivas principalmente quanto a aproximação da comunidade e principalmente pela curiosidade de saber sobre o cavalo e sua utilização no policiamento. Este fato permite inferir que o policiamento montado comunitário pode ser implantado e teria resultados positivos para a troca de informações sobre segurança pública do local.

Palavras-chave: Policiamento. Policiamento montado. Polícia comunitária. Segurança Pública.

# **MOUNTED COMMUNITY POLICE**

## **ABSTRACT**

MARCUS EMANUEL DE OLIVEIRA BARROS  
LÍVIA ARAÚJO DA FONSECA DE ARAÚJO

This work aims to develop a new model of community policing using mounted policing carried out by the Coronel Rabelo Mounted Police Regiment (RPMon-PMDF). The mounted community policing has the objective of approaching the community with the help of the horse that increases the attraction of people. The methodology used to investigate the possibility and the attractiveness of people for the horse was the use of an existing mounted policing in the parks of the Federal District and with the change of behavior of the military police was analyzed through questionnaires before and after this change on the behavior of the regulars in the face of the new posture of the police. The main results achieved were positive responses, mainly regarding the approach of the community and mainly because of the curiosity to know about the horse and its use in policing. This fact allows us to infer that community mounted policing can be implemented and would have positive results for the exchange of information on local public safety.

**Keywords:** Policing. Mounted policing. Community Police. Public Security.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1 - Representação da Pirâmide das Necessidades de Maslow. ....	21
Figura 2 - Bases filosóficas do policiamento moderno.....	25

### QUADROS

Quadro 1 - Ocorrências na Região Administrativa I Plano Piloto.....	27
Quadro 2 - Ocorrências na Região Administrativa III Taguatinga .....	28
Quadro 3 - Ocorrências na Região Administrativa IX Ceilândia .....	28
Quadro 4 - Ocorrências na Região Administrativa XII Samambaia .....	28
Quadro 5 - Quadro comparativo entre a polícia tradicional e a polícia comunitária ..	30

### GRÁFICOS

Gráfico 1 - Respostas referentes ao sexo do primeiro questionário. ....	37
Gráfico 2 - Respostas referentes ao tempo de serviço policial militar do primeiro questionário .....	38
Gráfico 3 - Respostas referentes ao tempo de serviço no policiamento montado do primeiro questionário.....	38
Gráfico 4 - Respostas referentes à primeira afirmativa “O Policiamento Montado pode ser utilizado como uma modalidade de policiamento comunitário” do primeiro questionário .....	39
Gráfico 5 - Respostas referentes a segunda afirmativa “Por ser mais visível, acredito que o policiamento montado inibe a prática de crimes ou delitos” do primeiro questionário .....	39
Gráfico 6 - Resultado da terceira afirmativa sobre a interferência dos policiais montados na sensação de segurança.....	40
Gráfico 7 - Respostas referentes à quarta afirmativa sobre o policiamento montado permitir a aproximação da comunidade com a polícia.....	41
Gráfico 8 - Respostas referentes à quinta afirmativa do primeiro questionário.....	41



Gráfico 9 - Resultados referentes à sexta afirmativa do primeiro questionário. ....	42
Gráfico 10 - Resultados da sétima afirmativa do primeiro questionário. ....	42
Gráfico 11 - Resultado da oitava afirmativa do primeiro questionário. ....	43
Gráfico 12 - Respostas referentes ao sexo do primeiro questionário. ....	44
Gráfico 13 - Respostas referentes ao tempo de serviço policial militar do primeiro questionário .....	44
Gráfico 14 - Respostas referentes ao tempo de serviço no policiamento montado do primeiro questionário.....	44
Gráfico 15 - Respostas referentes a primeira afirmativa “Com a adoção de uma atitude mais interativa a comunidade se aproximou mais do policial” do segundo questionário. ....	45
Gráfico 16 - Respostas referentes à segunda afirmativa “As pessoas procuraram mais os policiais para passar os problemas da região” do segundo questionário.....	46
Gráfico 17 - Resultado da terceira afirmativa sobre a relação de segurança e interatividade com a comunidade.....	47
Gráfico 18 - Respostas referentes à afirmativa “acredito que o policiamento montado com viés comunitário possa trazer maiores informações de áreas com problemas de segurança pública”.....	47
Gráfico 19 - Respostas referentes a quinta afirmativa do segundo questionário. ....	48
Gráfico 20 - Resultados referentes a sexta afirmativa do segundo questionário. ....	48
Gráfico 21 - Resultado da oitava afirmativa do segundo questionário. ....	49
Gráfico 22 - Resultado da oitava afirmativa do segundo questionário .....	50

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CONSEG	Conselho Comunitário de Segurança
GEB	Guarda Especial de Brasília
GPET	Grupo de Prevenção e Educação para o Trânsito
ONGs	Organizações Não Governamentais
PMDF	Polícia Militar do Distrito Federal
PREALG	Programa Educacional Ambiental Lobo Guará
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Cidadã
PROVID	Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica
ROMon	Rondas Ostensivas Montadas
RPMON	Regimento de Polícia Montada Coronel Rabelo
SVG	Serviço Voluntário Gratificado
UPMs	Unidades Policiais Militares

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>14</b>
<b>3</b>	<b>OBJETIVOS .....</b>	<b>15</b>
<b>4</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>16</b>
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA DE PESQUISA.....</b>	<b>34</b>
<b>6</b>	<b>RESULTADOS .....</b>	<b>37</b>
	6.1 Resultados do questionário policiamento montado antes da adoção da filosofia comunitária.....	37
	6.2 Resultados questionário policiamento montado depois da adoção da filosofia comunitária.....	43
<b>7</b>	<b>DISCUSSÃO .....</b>	<b>50</b>
	7.1 Análise e discussão dos resultados .....	50
	7.2 Perfis pessoal e profissional dos participantes .....	52
	7.3 Análise da situação-alvo.....	53
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>55</b>
	REFERÊNCIAS .....	56
	APÊNDICE A .....	60
	APÊNDICE B.....	63

## 1 INTRODUÇÃO

É inegável a constatação de que o policiamento montado possui, dada a sua versatilidade, uma possibilidade de maior projeção no seu emprego junto à sociedade. O cavalo, por seu tamanho e pelo respeito que impõe, propicia a aproximação de pessoas e principalmente crianças por curiosidade (SILVA, 2010). Esta aproximação acaba por aumentar a confiança entre a sociedade e a polícia, abrindo o caminho para a realização de um policiamento comunitário. Não obstante, a ideia central da polícia comunitária é justamente essa: de que as instituições estatais e a população devem trabalhar juntas, identificando e resolvendo problemas da sociedade, principalmente quando se trata de questões inerentes à segurança pública (MONTEIRO, 2005). A polícia, em verdadeira parceria com a comunidade, atuaria no combate aos problemas sociais e nas ações de prevenção ao crime (SENASP, 2009).

Apesar de promover diversas atividades sociais, tais como a Escolinha de Equitação e a Equoterapia, o Regimento Montado da Polícia Militar do Distrito Federal ainda não desenvolveu um policiamento voltado à filosofia comunitária. Não existe, no Manual de Policiamento Ostensivo Montado da PMDF, a previsão desse modelo de policiamento montado. Todavia, esse tipo de policiamento é previsto como um dos encargos do regimento. O Decreto nº 41.167, de 1º de setembro de 2020, que dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Distrito Federal, em seu artigo 41, item II, reza que “aos Batalhões e ao Regimento, órgãos de execução de nível operacional, sem prejuízo de outras atribuições previstas na legislação, compete aplicar a filosofia de polícia comunitária”.

Desse modo, o objetivo deste trabalho é introduzir uma estratégia de policiamento montado voltado para a filosofia da polícia comunitária, objetivando uma atuação mais próxima da comunidade, com área de atuação em parques urbanos. O objetivo da associação do policiamento comunitário com o montado é obter uma maior sensação de segurança nessas áreas, visto que a aproximação policial com a sociedade permite que sejam analisadas as causas da criminalidade que geralmente tem entre elas as mesmas situações que descrevem o que é uma área vulnerável.

O trabalho se caracterizará como um estudo teórico descritivo, apoiado por experimentos práticos, observações e análise de dados, de natureza exploratória e qualitativa. Esse estudo se fundamentará em pesquisas bibliográficas e em atividades realizadas in loco pelo Regimento de Polícia Montada Coronel Rabelo.

No decorrer do trabalho serão abordadas questões relacionadas a noções básicas de hipologia, como conceitos, histórico e tipologia de raças.

Também serão abordados estudos sobre a polícia comunitária, as vertentes dessa filosofia e a relação confiança e proximidade entre polícia e a comunidade.

## 2 JUSTIFICATIVA

Após muito debate de qual seria o estudo a desenvolver para que pudesse criar um produto que contribuísse com as atividades da Polícia Militar, e tendo como base trabalhos teóricos importantes já publicados sobre o tema, decidiu-se por implementar uma estratégia de policiamento comunitário no patrulhamento montado, utilizando-se para isso o Regimento de Polícia Montada da Polícia Militar do Distrito Federal.

A segurança é, certamente, uma das áreas mais desafiadoras da sociedade. Países de todo mundo enfrentam diariamente a problemática envolvida nas atividades de prevenção e repressão a o crime. O embate contra a violência e o crime é antigo e acompanha as civilizações ao longo da história (ZOUAIN, 2006). Como afirma o autor, por ser tão importante o tema, é interessante a criação de um policiamento que pode atrair ainda mais a curiosidade da população através do cavalo e associar a isto o policiamento comunitário, visto a importância da atuação conjunta na solução de problemas de segurança pública entre a sociedade e a polícia militar. Segundo Silva (2010) que analisa as atribuições do Regimento de Polícia Montada Coronel Rabelo (RPMON), é inegável a constatação de que este possui, dada a sua versatilidade, uma possibilidade de maior projeção no seu emprego junto à sociedade e que o cavalo, por seu tamanho e pelo respeito que impõe, propicia a aproximação de pessoas e principalmente crianças por curiosidade. Esta aproximação acaba por aumentar a confiança entre a sociedade e a polícia, abrindo o caminho para a realização de um policiamento comunitário. Seguindo essa linha de pensamento, a proposta deste trabalho é introduzir uma estratégia de policiamento montado voltado a ações de polícia comunitária, a ser desempenhadas pelo Regimento de Polícia Montada da Polícia Militar do Distrito Federal.

### **3 OBJETIVOS**

Este trabalho pretende introduzir uma estratégia de policiamento montado voltado ao policiamento comunitário, visando uma interação mais efetiva com a comunidade no combate aos problemas sociais e na prevenção criminal.

Como objetivos específicos, tem-se: demonstrar os benefícios à efetiva cooperação entre polícia e a comunidade; colher experiências de policiais do Regimento de Polícia Montada (RPMON) do Distrito Federal para uma possível implementação futura do policiamento comunitário no patrulhamento montado; comparar a percepção dos policiais no antes e depois da adoção experimental da filosofia do policiamento comunitário; introduzir um programa de policiamento comunitário a ser desenvolvido no âmbito das atividades do RPMON, permitindo que a polícia montada e a comunidade atuem juntas no combate aos problemas sociais, na prevenção do crime e no cumprimento do artigo 41 inciso II, do decreto do Governo do Distrito Federal nº 41.167, de 01 de setembro de 2020.

#### 4 REFERENCIAL TEÓRICO

Hipologia é o estudo do cavalo, o qual estuda os aspectos referentes à sua constituição orgânica que são de interesse do cavaleiro. O cavalo surgiu há aproximadamente 55 milhões de anos na forma de um animal que media cerca de 36 centímetros e habitava regiões pantanosas da Ásia e da América do Norte. Neste período o cavalo possuía dedos ao invés de cascos e com sua evolução a sua estatura chegou a 1,54 metros e os dedos foram dando lugar ao casco atual (BONDARUK, 2005).

O cavalo foi domesticado pelo homem, sendo utilizado nas mais diversas funções, tais como meio de transporte, alimento, meio de caça e esporte. Sobre o dorso do cavalo o homem conquistou diversas batalhas (BONDARUK, 2005).

As raças de cavalos atuais são resultantes de cruzamentos das raças antigas e principalmente de animais do ocidente com os do oriente, sendo que aqueles são animais mais calmos e linfáticos enquanto estes possuem temperamento mais vivo e feroso. São exemplos de cavalos puros-sangues: árabe, lusitano, alter, andaluz, puro-sangue-inglês e anglo-árabe. Os cavalos de tiro ou de tração são o bretão, o clydesdale e o percheron. Cavalos meio-sangue são as raças apaloosa, hanoveriano, morgan, lipizzano, quarto de milha e sela argentino. Os cavalos nacionais que possuem registro são o mangalarga, o crioulo brasileiro, o brasileiro de hipismo e o campolina (BONDARUK, 2005).

Por muitos séculos o cavalo foi utilizado tanto como meio de transporte como arma de guerra, precedendo até mesmo a era do ferro. No período da Dinastia Carolíngia, Idade Média, para ser um vassalo era necessário ser cavaleiro. A arma de cavalaria possuía várias características interessantes para o esforço de guerra, tais como poder de choque, capacidade de atuar em largas frentes, perseguir e envolver o inimigo e realizar manobras ofensivas. Era uma arma que decidia o combate (WILTGEN, 2021).

Durante a Primeira e Segunda Guerra Mundial o uso do cavalo diminuiu e seu emprego passou a ser para missões de incursão, reconhecimento e perseguição a inimigos desgarrados no campo de batalha. Reconhecido o seu valor tático, de intimidação e versatilidade, o cavalo passou então a ser utilizado nas unidades policiais de todo o mundo como uma ferramenta na preservação da ordem pública (WILTGEN, 2021).



A Polícia Montada de Indianápolis dos Estados Unidos utiliza cavalos de tração para a realização do patrulhamento montado e o principal motivo para a escolha deste tipo de cavalos é um bom cavalo e sólido, mas é muito grande e pesado para grandes distâncias. Uma das características esperadas para o cavalo policial é ser tranquilo e esta é apresentada pelo cavalo de tração. O treinamento destes engloba a dessensibilização para que estes sejam adaptados a situações de disparos de armas de fogo, de barulhos e materiais que possam causar algum estranhamento pelo animal (POLICE INDIANAPOLIS). Segundo Yates (1992), as polícias americanas têm preferências diferentes relacionadas a raça do cavalo. Em Nova Iorque a polícia prefere a raça Morgan enquanto em São Diego se usa Quarto de Milha e em Detroit mestiços. O cavalo deve ter entre seis e a doze anos de idade e castrados são melhores indicados. Em relação a pelagem as escuras e sólidas são as indicadas para o cavalo policial.

A locomoção dos cavalos é feita de três formas: passo, trote e galope. O passo é uma andadura natural, lenta e rolada na qual há quatro batidas espaçadas regularmente e o cavalo mantém sempre três membros apoiados ao solo. É uma andadura ideal para patrulhamento, pois permite uma melhor visualização e observação do local. O trote é um andamento natural, saltado e em diagonal, o cavalo sempre mantém dois membros apoiados sendo estes sempre em diagonal e os outros dois suspensos no ar. Esta andadura é utilizada para transposição de vias e em deslocamentos curtos durante o patrulhamento. O galope é o andamento mais rápido, saltado e em diagonal possuindo três tempos, o cavalo apoia um dos membros anteriores e depois lança os outros três membros para frente e apoiará em seguida o membro posterior contrário ao anterior apoiado. O galope não é uma andadura recomendada para o patrulhamento por ser muito insegura em certos terrenos e rápida (BONDARUK, 2005).

O autor Bondaruk (2005) descreve como características gerais de um cavalo policial as seguintes: altura mínima de 1,55 metros devido à ostensividade imposta pelo policiamento; peso ideal de 400 a 550 quilos; boas proporções da largura e comprimento do corpo do animal; idade média de início quatro anos e idade final de quinze anos, entretanto essa idade de aposentadoria pode variar conforme o manejo e função do animal; o sexo ideal é o masculino castrado por ter um comportamento mais constante, ou fêmeas, mas apresentam oscilações de temperamento principalmente nos períodos de cio; o estado geral é uma compleição média com

robustez proporcional à sua estrutura física; o cavalo deve apresentar três andaduras, passo, trote e galope, não é adequado a marcha por desgastar o cavalo com movimentos complexos e induzem o policial a se acomodar excessivamente sobre o animal que deteriora o preparo do cavaleiro; as pelagens mais adequadas são a alazã, preta ou castanha, sendo que o tordilho serão destinadas a representação; temperamento deve ser dócil, manso, atento, não assustado e inteligente.

No contexto histórico brasileiro, o Regimento Regular de Cavalaria de Minas – Dragões Reais de Minas da Polícia Militar de Minas Gerais -, fundado no dia 09 de junho de 1775, hoje Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes, foi o que deu origem a arma de Cavalaria no Brasil. Utilizando-se das doutrinas das escolas europeias, principalmente a francesa, as Armas de Cavalaria brasileiras passaram a empregar lanças cruzadas com bandeirolas em substituição aos sabres portugueses. Em 1935, as lanças se tornaram símbolo para toda arma de cavalaria. Hoje as unidades policiais brasileiras são referência no emprego do cavalo na atividade policial (CARAVELLAS FILHO, 2021).

Voltando-se para a Capital Federal, em 1960, na Guarda Especial de Brasília (GEB) já havia um destacamento para desempenhar o policiamento montado nas áreas rurais do Distrito Federal. Seu comandante, à época, era o Tenente GEB Washington, que mais tarde foi substituído pelo Tenente GEB Gentil. Em 1962, foi nomeado para comandar o Tenente GEB Aloysio Martins Fernandes, o qual seria o primeiro comandante do 1º Esquadrão de Polícia Montada Francisco Rabelo Leite Neto (CARAVELLAS FILHO, 2021).

Em 10 de julho de 1980, foi criado o Núcleo do Regimento de Cavalaria de Guarda Coronel Francisco Rabelo Leite Neto. Em 29 de agosto de 1980, chegaram os primeiros oitenta cavalos provenientes do Rio Grande do Sul. O primeiro comandante do Regimento de Polícia Montada foi o Major José Ferreira de Mesquita (CARAVELLAS FILHO, 2021).

Em 1982, foi criado, pelo Decreto nº 6.828 de 23 de junho de 1982, o Regimento de Polícia Montada, localizado no Riacho Fundo I, região administrativa de Brasília. Os policiais militares foram treinados e habilitados na arte equestre com o apoio do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, Dragões da Independência, que proporcionou um estágio para as praças e oficiais (CARAVELLAS FILHO, 2021).

Em 1990, o governador do Distrito Federal, Joaquim Domingos Roriz, decretou que o nome do Regimento de Polícia Montada seria “Regimento de Polícia Montada Coronel Rabelo”, sendo seu primeiro comandante o Tenente Coronel Hellen (CARAVELLAS FILHO, 2021).

Em consonância com o Decreto nº 41.167, de 1º de setembro de 2020, a Polícia Militar possui como objetivo a manutenção da ordem pública por meio do policiamento preventivo, ostensivo e fardado. O policiamento montado, por ser mais visível, tem maior probabilidade de repressão de ilícitos criminais e por este motivo tende a aumentar a sensação de segurança. A atuação do policiamento montado da Polícia Militar do Distrito Federal visa complementar as atividades previstas na Constituição Federal de 1988, que são o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública (CARAVELLAS FILHO, 2021).

O policiamento montado possui as seguintes missões segundo o Manual de Policiamento Ostensivo Montado: preservar a ordem pública em todo o Distrito Federal, protegendo o patrimônio público, privado e na defesa da integridade do indivíduo; atuar de forma repressiva como tropa de choque para controle de distúrbios civis; executar o policiamento de guarda em seu aquartelamento e em frente a estabelecimentos prisionais; atuar no policiamento de trânsito e ambiental, excepcionalmente; executar a escolta de autoridades; realizar guardas fúnebres e alas de honra; participar de competições hípcas; realizar ações sociais (MONÇÃO, 2019).

O patrulhamento é a modalidade mais utilizada pelo policiamento montado na PMDF, especialmente o Policiamento Ostensivo Geral. Este é realizado pelas Rondas Ostensivas Montadas (ROMon) que tem como objetivos a prevenção de delitos e promover a segurança em vários locais do Distrito Federal. O policiamento ostensivo montado é empregado em áreas de grande circulação, comércios, praças, parques e estações do metrô. Durante o patrulhamento, são realizadas abordagens com o objetivo de realizar buscas pessoais e localizar foragidos da justiça. Normalmente são necessários no mínimo três policiais para que em uma abordagem um policial possa ficar com os cavalos, função de guarda dos cavalos, e os outros possam realizar a busca pessoal e a segurança do grupamento (MONÇÃO, 2019).

Analisando as atribuições dessa singular unidade de policiamento especializado, é inegável a constatação de que o Regimento de Polícia Montada (RPMon) possui, dada a sua versatilidade, uma possibilidade de maior projeção no

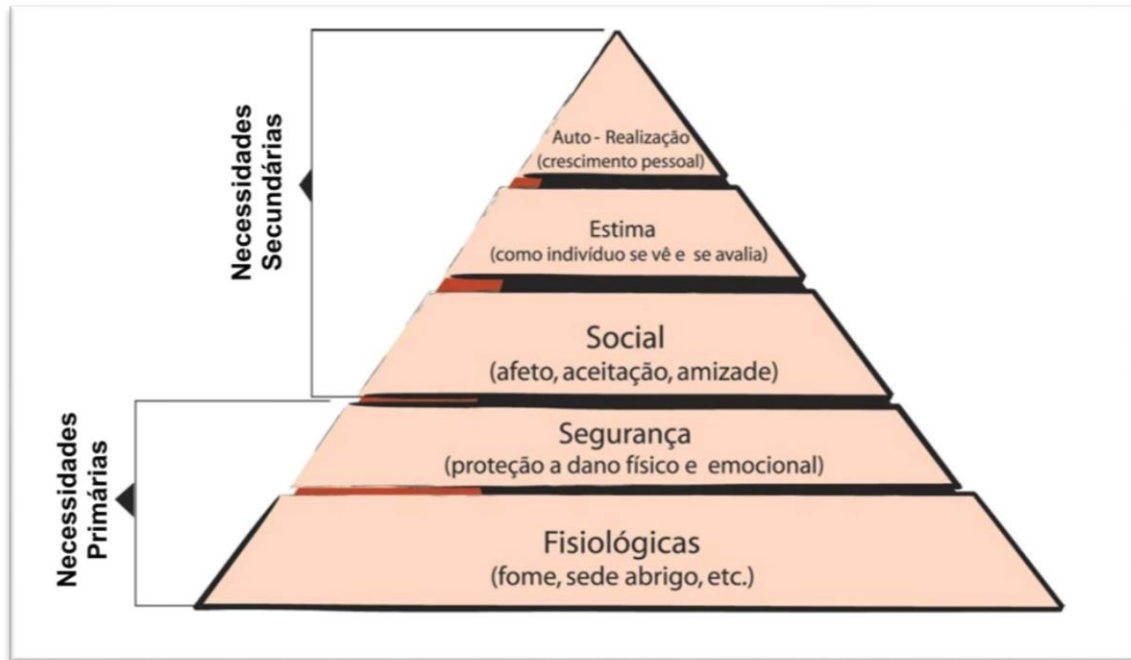
seu emprego junto à sociedade. O cavalo, por seu tamanho e pelo respeito que impõe, propicia a aproximação de pessoas e principalmente crianças por curiosidade. Esta aproximação acaba por aumentar a confiança entre a sociedade e a polícia (SILVA, 2010).

O policiamento comunitário é uma filosofia de policiamento que tem suas origens no Japão. Posteriormente, o modelo de polícia comunitária foi adotado pelos Estados Unidos, Canadá, França, e outros países. No Brasil, a filosofia de Policiamento Comunitário começou a ser expandida na década de 1980 (FERRAZ, 2017).

Como bem aponta Ferraz (2017), a insegurança leva as pessoas a se comportarem com medo e com atitudes protetoras. Elas alteram seus comportamentos, rotinas e locais que frequentam. Esta sensação de insegurança pode ser trabalhada pelo policiamento comunitário que pode auxiliar a população a retomar uma rotina mais próxima do normal. Todavia, faz-se necessário insistir na importante questão: O que seria de fato sentir-se seguro?

A teoria das necessidades humanas foi desenvolvida por Abraham Maslow em meados de 1950. Segundo essa teoria, o ser humano busca autorrealizar-se, trabalhando incessantemente para atingir tal objetivo (CHIAVENATO, 2003). Esse desejo natural é o que gera a motivação para agir (Comitê Pela Cidadania, 2020). Para Maslow, as necessidades humanas são complexas, mas podem ser dispostas em uma estrutura hierárquica (MOTTA; VASCONCELOS, 2006). Nessa estrutura, as necessidades são organizadas em níveis, semelhante a uma pirâmide, de modo que, quando o indivíduo satisfaz um determinado nível, este volta seus esforços para o próximo nível (ALFAYA, 2015). De acordo com Maslow, “as necessidades estão classificadas em fisiológicas (mais baixas na hierarquia piramidal), de segurança, sociais, de estima e de autorrealização (mais elevadas na hierarquia). As necessidades assumem formas que variam de acordo com o indivíduo” (MASLOW *apud* CHIAVENATO, 2003, p. 330). Para Chiavenato, apesar das necessidades humanas assumirem expressões e níveis diferentes, variando conforme o indivíduo, a teoria da hierarquia das necessidades de Maslow pode ser ilustrada da seguinte maneira:

Figura 1 - Representação da Pirâmide das Necessidades de Maslow.



Fonte: Alfaya (2015)

As necessidades primárias constituem o primeiro conjunto de níveis da pirâmide de Maslow, e é composta pelas necessidades fisiológicas e necessidades de segurança. As necessidades fisiológicas são aquelas que o indivíduo precisa satisfazer para se manter vivo e constituem o primeiro nível da pirâmide de Maslow. Já as necessidades de segurança integram o segundo nível e representam a sensação de sentir-se seguro, de se proteger contra algo ou alguém. Os próximos níveis integram as chamadas necessidades secundárias, que são o reconhecimento social, a autorrealização (MOREIRA, 2019) e a estima do indivíduo (ALFAYA, 2015).

Segundo Chiavenato (2003), quando o indivíduo é dominado pela necessidade de segurança, o seu organismo naturalmente age à procura de segurança, tornando essa necessidade como elemento organizador prioritário do comportamento. A necessidade de segurança não busca somente a segurança física, tais como sentir-se seguro contra desastres naturais ou violência corporal. Para Montoya (2022), "Também faz parte destas necessidades a busca pela ordem, pela justiça e pela lei. Buscam-se condições que afastem a insegurança, o medo e a ansiedade."

Assim, a definição de segurança, conforme Rocha Pombo (2011, p. 307):

Segurança é a situação do que está seguro, isto é, livre de perigo; o estado do que não tem a temer aquilo de que se trata [...], a tranquilidade de ânimo, nascida da confiança que se tem, ou da opinião em que se está, de que não há perigo.

De acordo com Alves (2010), e com base nesse conceito, infere-se que o indivíduo deve se resguardar de situações que perturbem a sua tranquilidade para que satisfaça sua necessidade de segurança.

A necessidade de segurança é tão relevante que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 elevou a segurança a direito fundamental do indivíduo, rezando em seu artigo 5º que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.” (BRASIL, 1988).

Como bem aponta Fontoura, Riveiro e Rodrigues (s.d.), além de estabelecer o direito à segurança como um dos direitos individuais fundamentais, a Constituição Federal de 1988 também traz em seu corpo o artigo 144, cuja redação prevê que a segurança pública não só é dever do Estado, como também é responsabilidade de todos, evidenciando, assim, a necessidade da participação social nas políticas públicas relativas a esse tema. (BRASIL, 1988).

Desse modo, analisando a redação do artigo 144 da Constituição Federal de 1988, podemos extrair que:

É possível compreender que a segurança pública não pode ser vista apenas como atribuição do Estado, uma vez que a sociedade tem um papel importante não somente na participação e controle das políticas, como também na socialização dos indivíduos, na perpetuação dos mecanismos informais de controle social e de autocontrole, a partir da perspectiva de que não é somente o controle pelo Estado que garante a segurança de todos. (FONTOURA; RIVEIRO; RODRIGUES, s.d., p. 143).

Para Alves (2010), o conceito de segurança pública não se limita às políticas de combate à criminalidade, tão pouco se restringe à atividade policial, possuindo uma definição ampla na competência do Estado em garantir a segurança das pessoas no território brasileiro. Nas palavras do referido autor, "a segurança pública, enquanto atividade desenvolvida pelo Estado é responsável por empreender ações de prevenção e repressão, bem como oferecer estímulos ativos para que os cidadãos possam conviver, trabalhar, produzir e se divertir, protegendo-os dos riscos a que estão expostos." (ALVES, 2010, p. 22)

Outro conceito intrinsecamente ligado à segurança pública é o de ordem pública. Para Fontoura, Riveiro e Rodrigues (s.d.), mesmo que a definição de ordem pública revele-se como um conceito jurídico indeterminado, ela é essencial para compreender a função do Poder Público no âmago da segurança pública. O principal elemento da ordem pública é a segurança pública, sendo que esta última deve ser exercida em função da primeira (FONTOURA; RIVEIRO; RODRIGUES, s.d. apud Cf. SOUZA NETO, p. 12).

No entender de Filocre (2009), o Estado só dará efetividade à segurança pública se tiver uma percepção bem definida do que é ordem pública. Para o autor, "uma sociedade está em *ordem pública*, em seus múltiplos aspectos, quando a convivência social está em *equilíbrio dinâmico* com as condições nela percebidas." (FILOCRE, 2009, p. 140, grifos do autor).

Para Lazzarini (1997), O conceito de ordem pública varia no tempo e no espaço, de uma sociedade para outra, refletindo os aspectos da época na qual está inserida. A ordem pública poderia ser conceituada, então, "num conjunto de princípios políticos, econômicos, morais e religiosos, os quais uma sociedade considera vinculada à existência e conservação da organização estabelecida, formando, assim, um critério contingente, histórico e nacional" (LAZZARINI, 1997 *apud* SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 1997, p. 17) Para o autor, a ordem pública, a grosso modo, "é mais suscetível de ser sentida do que definida".

Demonstrada as premissas que norteiam a segurança pública, convém avançar sobre a seguinte questão: como a polícia comunitária pode contribuir para a segurança da comunidade?

Em síntese, a ideia central da polícia comunitária é de que as instituições estatais e a população devem trabalhar juntas para identificar, e resolver problemas da sociedade, principalmente quando se trata de questões inerentes à segurança pública. A polícia, em verdadeira parceria com a comunidade, atua no combate aos problemas sociais e nas ações de prevenção ao crime (FERRAZ, 2017).

A definição para áreas vulneráveis que será empregado neste trabalho consiste na análise da desigualdade social, desemprego, precarização do trabalho e degradação das condições de vida. As cidades do Distrito Federal padecem dos mesmos problemas brasileiros em relação a violência e alguns índices são mais altos do que em outras unidades de Federação (FERRAZ, 2017).

O emprego do policiamento possui como atividade fim a inibição e a prevenção de práticas delituosas obtidas pela aproximação da sociedade com o policial (ALMEIDA, 2019).

O policiamento montado proporciona elevada interação com a comunidade, principalmente em locais como parques, estações do metrô e comércios que são locais com grande aglomeração de pessoas. As guarnições enquanto se locomoviam tiveram interações sociais com aproximadamente 50% das pessoas e enquanto a guarnição estava em ponto de demonstração houve interação com aproximadamente 70% delas (ALMEIDA, 2019).

No policiamento comunitário ocorrem dois tipos de fortalecimento - dos policiais e da própria comunidade. O policiamento comunitário permite aos cidadãos participar das decisões sobre o policiamento. Essa abordagem representa um renascimento do policiamento voltado para a solução de problemas. A meta é realçar a participação da comunidade para reduzir as taxas de delito e o medo do crime, utilizando-se de planejamentos de curto, médio e longo prazo (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2007).

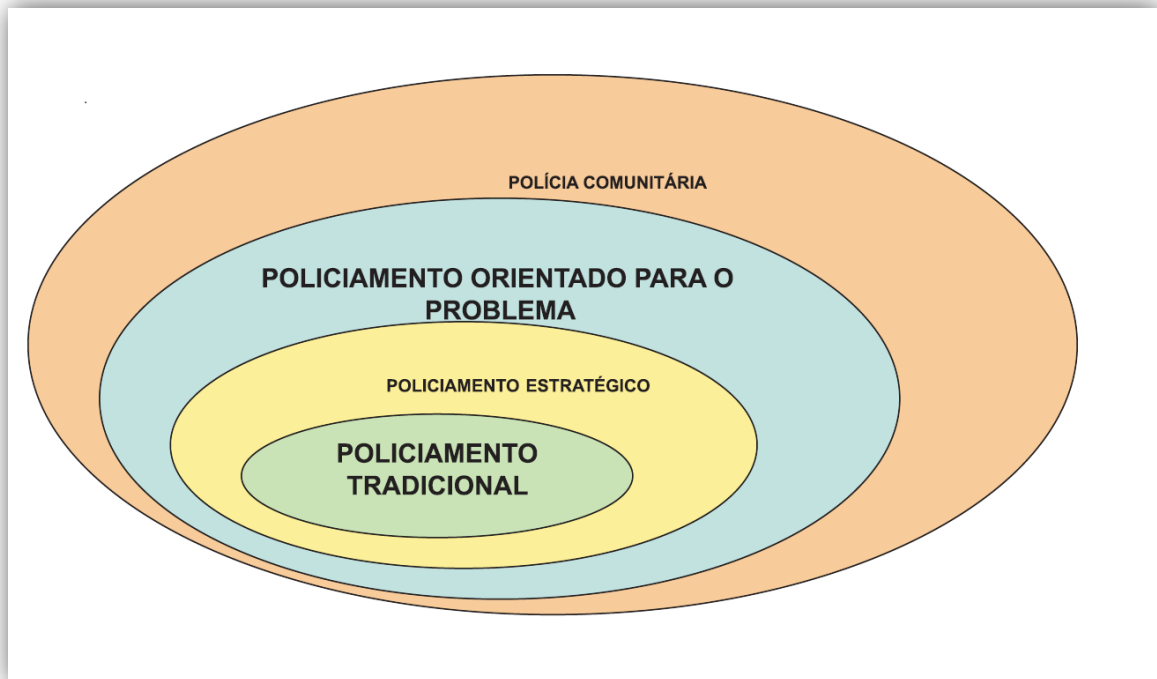
No Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária, oferecido pelo Programa Nacional de Segurança Cidadã - PRONASCI (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2007), está descrito que “no policiamento comunitário as instituições, como por exemplo, a família, as escolas, as associações de bairro e os grupos de comerciantes, são considerados parceiros importantes da polícia para a criação de uma comunidade tranquila e segura”. O êxito da polícia está não somente em sua capacidade de combater o crime, mas na habilidade de criar e desenvolver comunidades competentes para solucionar os seus próprios problemas.

A polícia comunitária transforma o relacionamento entre polícia, permitindo que: os fins estendam-se para além do combate ao crime, reduzindo o medo e aumentando a sensação de segurança e bem-estar social; A manutenção da segurança pública seja compartilhada com a comunidade, tornando policiais especialistas em generalistas; A comunidade supere o limite de apenas acionar a polícia, passando também a participar da manutenção da ordem (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2007).

O diagrama abaixo evidencia a evolução da filosofia de polícia, partindo de uma polícia especialista (polícia tradicional) até a polícia generalista (polícia comunitária), assim delimitado (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2007):



Figura 2 - Bases filosóficas do policiamento moderno



Fonte: Moreira (2004 *apud* Ministério da Justiça, 2007, p.193).

No Policiamento tradicional, a polícia é uma agência governamental responsável pelo cumprimento da lei. Preocupa-se, primordialmente, com a resolução do crime, dando destaque para aqueles delitos que envolvem violência. Nesse tipo de policiamento, o que determina a eficiência da polícia é o tempo de resposta ao crime. (SENASP/MJ 2008)

No Policiamento estratégico, a estrutura é centralizada e voltada para o controle do crime. A polícia utiliza-se de conhecimento, tecnologia e agentes treinados para operações especiais e de risco, fortalecendo as atividades de inteligência e investigativa. Apesar de reconhecer a comunidade como um fator importante, nessa estratégia o cidadão é apenas um ator passivo: resta a ele seguir as orientações emanadas pela polícia. (LIMA, 2014)

O Policiamento orientado para o problema é mais uma evolução do policiamento tradicional. Para Lima (2014), enquanto os policiamentos tradicional e estratégico se ocupam em controlar o crime por meio do esclarecimento e identificação dos infratores, o policiamento orientado para o problema reconhece que os delitos podem ser desdobramentos de problemas específicos que afligem a comunidade. Tais problemas devem ser compreendidos pela polícia e sanados

antes que evoluam para condutas criminosas. Essa estratégia de policiamento por resolução exige que o agente da lei crie laços com as agências municipais, apoiando-as para que adotem posturas orientadas à persecução da ordem pública (LIMA, 2014).

Por fim, expandindo-se a partir das estratégias anteriores de Policiamento, surge o Policiamento Comunitário. Como bem leciona Neto (2004), mais do que uma estratégia, o Policiamento Comunitário emergiu como uma filosofia de policiamento, tendo como esteio quatro inovações essenciais: a implementação da prevenção do crime com base na comunidade; as atividades de policiamento considerando serviços não emergenciais, inserindo a comunidade na prevenção de delitos; o comando da polícia descentralizado por áreas e; civis e outras entidades não policiais com participação efetiva no planejamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas criminais e atividades de policiamento. Desse modo, o Policiamento Comunitário tem por objetivo estreitar vínculo com o cidadão, rompendo barreiras, se fazendo mais presente e envolvendo a comunidade na mediação de conflitos, no controle e na prevenção da criminalidade (LOPES, 2009).

Para que haja a implantação do policiamento comunitário são necessários cinco passos: a identificação do problema; a análise do problema; o planejamento das ações; a implementação das ações; e avaliação das ações implementadas (SENASP, 2009).

A identificação do problema é um dever de todos e é um processo coletivo e só é possível através da comunicação entre a sociedade e a polícia. É neste aspecto que a polícia comunitária se diferencia das outras. Um dos espaços que podem ser utilizados para o levantamento dos problemas locais de segurança são os Conselhos de Segurança (CONSEGS) que são formados por pessoas do mesmo bairro, região ou município que se reúnem com representantes do poder público e os policiais para discutir, analisar e planejar e acompanhar os seus problemas de segurança pública. O diálogo também pode acontecer nas escolas, nas associações de classe, nas igrejas e nas associações comunitárias (SENASP, 2009).

Outra maneira de se identificar problemas é através do uso de dados fornecidos pelas Secretarias de Segurança, Universidades, polícias e Organizações Não Governamentais (ONGs). A análise do problema permite um conhecimento amplo e criterioso do problema e ele tem várias origens e consequências. É importante na análise do problema verificar os possíveis obstáculos e conhecer as

ações que já tenham sido testadas. Primeiramente para analisar deve-se colher dados de forma quantitativa e qualitativa (SENASP, 2009).

O planejamento da ação visa estabelecer linhas de ação para solucionar o problema identificado e deve estar de acordo com o diagnóstico realizado. As etapas do planejamento incluem discussão, estabelecimento de objetivos e metas, métodos e estratégias de atuação e cronograma (SENASP, 2009).

A implementação da ação visa pôr em prática o que foi planejado como modo de solucionar o problema constatado. Para a implementação são necessárias quatro etapas: Grupo de gestão; organizar e mobilizar recursos e parceiros; implementar as ações previstas no cronograma; e reformular as ações em função das necessidades (SENASP, 2009).

A avaliação das providências implementadas é a última etapa da implementação do policiamento comunitário. Consiste na verificação das ações planejadas se estão ou não surtindo efeito. É um método participativo na qual a sociedade e os agentes públicos verificam se as ações estão surtindo o efeito esperado (SENASP, 2009).

De acordo com Ferraz (2017), a Região Administrativa do Plano Piloto possui como principais tipos criminais o roubo a veículos e de veículos, roubos a transeuntes, roubo e furtos a comércios e residências. É uma das regiões que concentra 8 dos 10 locais com mais registros de ocorrências do Distrito Federal. A Região Administrativa de Taguatinga possui um grande número de ocorrências de crimes contra a pessoa na sua área central que é a mais movimentada. Ceilândia já possui maiores casos de crimes de roubo principalmente na área central próximo a feira, enquanto Samambaia possui maiores números de casos de ilícitos nas áreas ao redor das estações do metrô. Seguem as tabelas que relacionam o número de ocorrências dos anos de 2009 a 2014 com o local de cada uma de acordo com a Região Administrativa (FERRAZ, 2017):

Quadro 1 - Ocorrências na Região Administrativa I Plano Piloto.

Furto em e de veículos	SCES Trecho 2	1279
Roubo de veículo e carga	Parque da Cidade	67
Roubo a transeunte	Rodoviária do Plano Piloto	262
Sequestro Relâmpago	Rodoviária do Plano Piloto	16

Roubo a Residência	SHIGS 703	7
Roubo a comércio	SCES trecho 1	18

Fonte: Ferraz (2017).

Quadro 2 - Ocorrências na Região Administrativa III Taguatinga

Furto em e de veículos	Hospital Anchieta	286
Roubo de veículo e carga	CSG 09	36
Roubo a transeunte	Setor Central C 12	123
Sequestro Relâmpago	CNB 12	8
Roubo a Residência	Setor de Mansões de Taguatinga conjunto 4	3
Roubo a comércio	CSD 6	33

Fonte: Ferraz (2017).

Quadro 3 - Ocorrências na Região Administrativa IX Ceilândia

<i>Furto em e de veículos</i>	<i>QNM 2/4</i>	<i>278</i>
<i>Roubo de veículo e carga</i>	<i>BR 070</i>	<i>90</i>
<i>Roubo a transeunte</i>	<i>Feira Central de Ceilândia</i>	<i>74</i>
<i>Sequestro Relâmpago</i>	<i>BR 070</i>	<i>29</i>
<i>Roubo a Residência</i>	<i>QNP 21 Conj. M</i>	<i>3</i>
<i>Roubo a comércio</i>	<i>QNM 25 Conj. E</i>	<i>54</i>

Fonte: Ferraz (2017).

Quadro 4 - Ocorrências na Região Administrativa XII Samambaia

Furto em e de veículos	Estação Samambaia	38
Roubo de veículo e carga	BR 060	33

Roubo a transeunte	Estação Samambaia	4
Sequestro Relâmpago	BR 060	9
Roubo a Residência	QR 523 Conj. 6	3
Roubo a comércio	QR 320 Conj. 10	65

Fonte: Ferraz (2017).

Para Bohn (2016 *apud* SKOLNICK; BAYLEY, 2006), o sistema de policiamento comunitário mais antigo, implantado de modo institucional, é o japonês, que foi adotado após a Segunda Guerra Mundial. O modelo introduzido no Japão tem suas bases numa vasta rede de postos policiais chamados Kobans e Chuzaishos. A partir daí, a filosofia de policiamento comunitário teve grande crescimento, expandindo-se conforme se percebia que a polícia poderia trabalhar mais próxima à sociedade. O modelo se espalhou primeiramente por países orientais, como Malásia, Coréia e China, o que deu origem ao termo “Escola de Polícia Oriental”, pavimentando o caminho para o surgimento de uma ideologia mais voltada para a prevenção, contrapondo-se à Escola Anglo-Saxônica e sua ideologia controle social e reativa ao crime, e à Escola Latina e seu idealismo militarista (OLIVEIRA, 2009).

Voltando-se para as Américas, precisamente no contexto histórico das polícias norte-americanas, Bohn (2016 *apud* SKOLNICK; BAYLEY, 2006) afirma que o Comissário de Polícia de Nova York, Arthur Woods, que exerceu o cargo de 1914 a 1919, pode ter sido o primeiro estadunidense a apresentar um esboço do que seria um policiamento comunitário ao apresentar e discutir, em conferências realizadas na Universidade de Yale, a ideia de se inserir nas camadas iniciais de policiamento uma visão humana e social da importância, dignidade e valor do trabalho policial. Com isso, Woods visava demonstrar à população as dificuldades, complexidades e deveres aos quais o policial estava submetido. Isso ajudaria, segundo Arthur Woods, a obter maior respeito e cooperação para com o trabalho policial. Transcrevendo Fontoura Monteiro (2005), a preocupação do Comissário de Polícia de Nova York, no início do século XX, corresponde a um dos objetivos do policiamento comunitário nos dias de hoje, ao prever a aproximação da polícia à comunidade a qual presta seus serviços.

Já na década de 60, 40 anos depois das primeiras iniciativas de Arthur Woods, houve o surgimento de diversas iniciativas, no plano internacional, para o combate à crescente violência que assolava as cidades. Dentre várias ações tomadas, observou-se que o modelo tradicional de policiamento não estava reduzindo as taxas de criminalidade. O investimento em mais efetivo policial, mais equipamentos, mais armas e mais ações repressivas eram ineficazes e não inibiam o cometimento de delitos (BOHN, 2016). Observou-se, também, que o combate efetivo ao crime estava no aumento da interação positiva entre a comunidade e a polícia, num sistema de ajuda mútua entre os atores envolvidos (ZOUAIN, 2006).

Para Zouain (2006) foi justamente essas ações que começaram de fato a dar forma à filosofia de policiamento comunitário: uma ideia de um policiamento ligado diretamente às necessidades da comunidade, buscando uma maior interação com o cidadão, de forma respeitosa, objetivando reduzir as taxas de criminalidade e de aumentar a sensação de segurança e paz social.

Para Bohn (2016), a polícia comunitária surge como uma nova perspectiva de atuação das polícias, mais orientada à resolução de problemas do que ao puro controle da ordem social. Segundo Bohn (2016, p. 6), a polícia comunitária expressa a divisão de responsabilidades chamando a comunidade a participar, juntamente com a polícia, na implementação de políticas públicas de segurança. O quadro comparativo abaixo mostra algumas das principais diferenças entre a polícia tradicional e a polícia comunitária:

Quadro 5 - Quadro comparativo entre a polícia tradicional e a polícia comunitária

<b>POLÍCIA TRADICIONAL</b>	<b>POLÍCIA COMUNITÁRIA</b>
A polícia é uma agência governamental responsável, principalmente, pelo cumprimento da lei;	A polícia é o público e público é a polícia: os policiais são aqueles membros da população que são pagos para dar atenção em tempo integral às obrigações dos cidadãos;
Na relação entre polícia e as demais instituições de serviço público, as prioridades são muitas vezes conflitantes;	Na relação com as demais instituições de serviço público, a polícia é apenas uma das instituições governamentais responsáveis pela qualidade de vida da comunidade;

O papel da polícia é preocupar-se com a resolução do crime;	O papel da polícia é dar um enfoque mais amplo visando a resolução de problemas, principalmente por meio da prevenção;
As prioridades são, por exemplo, roubo a banco, homicídios e todos aqueles envolvendo violências;	As prioridades são quaisquer problemas que estejam afligindo a comunidade;
A polícia se ocupa mais com os incidentes;	A polícia se ocupa mais com os problemas e as preocupações dos cidadãos;
O que determina a eficiência da polícia é o tempo de resposta;	O que determina a eficiência da polícia é o apoio e a cooperação do público;
Profissionalismo policial se caracteriza pelas respostas rápidas aos crimes sérios;	O profissionalismo policial se caracteriza pelo estreito relacionamento com a comunidade;
As informações mais importantes são aquelas relacionadas a certos crimes em particular;	As informações mais importantes são aquelas relacionadas com as atividades delituosas de indivíduos ou grupos;
O policial trabalha voltado unicamente para a marginalidade de sua área, que representa, no máximo 2% da população residente ali onde “todos são inimigos, marginais ou paisano folgado, até prove o contrário”;	O policial trabalha voltado para os 98% da população de sua área, que são pessoas de bem e trabalhadoras;
Presta contas somente ao seu superior;	O policial presta contas de seu trabalho ao superior e à comunidade.
A função do comando é prover os regulamentos e as determinações que devam ser cumpridas pelos policiais;	A função do comando é inculcar valores institucionais;

Fonte: Bohn (2016)

Para Rosa (2021), a implantação da filosofia de Policiamento comunitário no Brasil já é um assunto debatido desde a década de 1980, tendo as ações voltadas para esse tipo de policiamento iniciadas por volta de 1982 com a tentativa de criação do Conselho Comunitário de Segurança Pública no Paraná. Desde então, nos anos seguintes, várias iniciativas semelhantes foram debatidas e desenvolvidas em outros Estados brasileiros, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo (ROSA, 2021).

Posteriormente, o Decreto nº 24.101, de 25 de setembro de 2003 publicado pelo GDF criou os Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG), vinculados à Secretaria de Segurança Pública. O reforço das políticas voltadas para o policiamento comunitário veio em seguida, ainda na gestão do governador Roriz, com a entrada em vigor do Decreto nº 24.316, de 23 de dezembro de 2003, que propôs a criação de todo um sistema de integração entre a polícia e a sociedade civil. Dentre outras medidas, o decreto regulamentava a implantação no Distrito Federal do Programa de Segurança Comunitária e sobre a criação do Conselho Deliberativo de Segurança Comunitária, dos Grupos Gestores Regional de Segurança Comunitária e dos Núcleos de Segurança (SILVA LOPES, 2020).

Leciona Silva Lopes (2020) que, a partir de 2007, no Governo Arruda, iniciou-se a implantação dos Postos Comunitários de Segurança - instalações fixas, com uma sala de atendimento ao público em geral -, com intuito de aproximar a Polícia Militar da comunidade e melhorar o atendimento ao cidadão. Nos governos subsequentes, essa política de implantação e manutenção dos PCSs foi sendo abandonada gradativamente.

Mais à frente, em 25 de março de 2015, foi publicado o Decreto nº 36.419 que instituiu a Carta de Serviços ao Cidadão. A carta tem como objetivo facilitar e ampliar o acesso do cidadão aos serviços públicos do Distrito Federal e fomentar a sua participação no monitoramento da qualidade do serviço prestado, a fim de promover a melhoria contínua do atendimento disponibilizado. Com esse decreto, a Polícia Militar do Distrito Federal, pôde ampliar e fortalecer os programas Sociais disponibilizados pela Corporação, com o objetivo de fazer a prevenção criminal e promover a filosofia de polícia comunitária (POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, 2018).

Atualmente, a Carta de Serviços Públicos do Distrito Federal prevê os seguintes serviços sociais: Participação no Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD); Participação no Programa Educacional Lobo Guará (PREALG); Grupo de Prevenção e Educação para o Trânsito (GPET); Assistência da Prevenção Orientada à Violência Doméstica (PROVID); Inscrição no Projeto de Musicalização Inclusiva; Música para pacientes; Apresentação da Banda de Música da PMDF; e Visita Guiada aos quartéis da PMDF (POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, 2018).



Outras ações não previstas na Carta de Serviços são desenvolvidas por alguns batalhões da Polícia Militar do Distrito Federal. Pode-se citar, por exemplo, o projeto social Bom de Bola-Craque na Escola, desenvolvido pelo 21º Batalhão de Polícia Militar da RA São Sebastião. Nesse projeto, iniciado em 2011, os meninos que participam da escolinha de futebol da unidade policial são estimulados a desenvolver o espírito esportivo e a melhorar o rendimento escolar (POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, 2019).

Apesar de possuir um Regimento de Polícia Montada e, nessa unidade, promover diversas atividades sociais, tais como a Escolinha de Equitação e a Equoterapia, a Polícia Militar do Distrito Federal ainda não desenvolveu um policiamento comunitário nessa unidade especializada. Não existe previsão desse modelo de policiamento montado no Manual de Policiamento Ostensivo Montado da PMDF. O policiamento montado permite cobrir grandes áreas em pouco tempo, pois o cavalo consegue se deslocar de uma forma mais rápida e pode atuar em diversos terrenos podendo ser utilizado em áreas rurais e de difícil acesso (ALMEIDA, 2019).

Para ocorrer o policiamento comunitário é necessário que exista confiança e de proximidade recíproca entre polícia e a comunidade. Nessa relação há um trabalho conjunto que reparte as responsabilidades e tarefas. Para que o policiamento comunitário funcione é necessário que o policial esteja integrado à sociedade, conheça o cotidiano e tenha autonomia para tomar decisões referentes à segurança pública da região. O policiamento comunitário age na prevenção de crimes e na resolução de conflitos pela raiz. Para que esta modalidade de policiamento funcione é necessário que se tenha apoios de representantes públicos, como o Ministério Público, prefeituras, escolas entre outros. Esta relação permite que alguns problemas que possam surgir na segurança pública sejam tratados antes mesmo de se tornar de fato deste tipo (SENASP, 2009). A cavalaria possui a característica de ter grande capacidade de amedrontar potenciais criminosos, pois o policial a cavalo possui maior visibilidade e os potenciais criminosos se assustam pelo porte físico do cavalo (ALMEIDA, 2019). Segundo Almeida (2019), para os cidadãos comuns a cavalaria da Polícia Militar é muito bem-vista por causa da beleza dos cavalos e também pela sensação de segurança transmitida pela presença deles e 66,7% das pessoas pesquisadas afirmaram que não teriam dificuldade em interagir com um policial a cavalo.

## 5 METODOLOGIA DE PESQUISA

O trabalho se desenvolveu de forma descritiva, de natureza qualitativa, com a obtenção de dados por meio de dois questionários (apêndice) aplicados a policiais militares habilitados no policiamento montado, lotados no Regimento de Polícia Montada da Polícia Militar do Distrito Federal. Nos quesitos da pesquisa foi solicitada ao policial sua opinião, visão e experiência na adoção do policiamento comunitário no patrulhamento montado.

Os questionários foram encaminhados aos entrevistados por meio de link disponibilizado via correio eletrônico e respondidos anonimamente. Os dados coletados foram dispostos em tabelas distintas, representados em gráficos e analisados nos tópicos referentes a resultados e discussão.

A metodologia é a descrição detalhada das ações que serão implementadas para que o trabalho de pesquisa adquira sustentação argumentativa. Para Alves (2010), a metodologia nada mais é do que o detalhamento do tipo de pesquisa, dos instrumentos de coleta, da tabulação e tratamento dos dados e de todo resto que foi utilizado no trabalho de pesquisa.

O método utilizado foi o indutivo, preocupando-se em buscar e reunir teorias relacionadas ao objeto estudado, com o objetivo de trazer à tona conhecimentos para implementação de melhorias no modelo existente. O método é um conjunto de passos, um guia que deve ser seguido para que a pesquisa proposta alcance seus objetivos (FADEPE, 2021).

A pesquisa utilizada foi de natureza exploratória, pois esta apoia-se nos princípios da aprendizagem partindo do conhecido, da ampliação do conhecimento e da formulação de perguntas racionais para obter respostas também racionais (PIOVERSAN; TEMPORINI, 1995).

A natureza da pesquisa é quantitativa e também qualitativa. A pesquisa quantitativa tem como esteio a objetividade. Os dados são recolhidos em sua forma bruta, por meio de instrumentos neutros e padronizados, para que sejam medidos matematicamente, revelando as causas reais de um determinado fenômeno (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Já a pesquisa qualitativa busca entender a complexidade desse fenômeno e seu significado, sendo uma análise que engloba elementos subjetivos das relações sociais, tais como crenças, motivações e valores (KNECHTEL, 2014).

Foram realizadas pesquisas com policiais militares do Regimento de Polícia Montada (RPMon-PMDF) as quais tinham como objetivo analisar a perspectiva do policial em relação ao policiamento realizado nas áreas de parques. Os principais parques atendidos pelo policiamento montado e pesquisados são o Parque da Cidade, o Parque de Águas Claras e o Taguaparque em Taguatinga.

A aplicação dos questionários entre os policiais que realizam o policiamento montado em parques se deve a maior facilidade de aproximação deles com a comunidade juntamente com a existência de um policiamento já realizado pelo regimento e pela sua frequência. O Regimento realiza esses policiamentos geralmente como Serviço Voluntário Geral (SVG) no qual os policiais que se voluntariam para exercer a atividade policial militar fora da escala ordinária.

As pesquisas tinham como objetivo avaliar a interação do policial com a comunidade antes e depois de mudanças comportamentais visando um maior contato com a população, com o amparo legal do decreto do Governo do Distrito Federal 41.167 de 01 de setembro de 2020 no artigo 41 inciso II que descreve que “Aos Batalhões e ao Regimento, órgãos de execução de nível operacional, sem prejuízo de outras atribuições previstas na legislação, competem aplicar a filosofia de polícia comunitária”. (DISTRITO FEDERAL, 2020)

O primeiro questionário aplicado antes das mudanças comportamentais dos policiais descreveu o que seria o programa com as instruções para o preenchimento e o questionário sobre aspectos relacionados ao policiamento comunitário e sensação de segurança.

O segundo questionário aplicado possuía nas instruções a adoção de comportamentos voltados a uma maior interação com a comunidade e o objetivo era avaliar através dos policiais a resposta da comunidade à esta interação. Segundo Bohn (2016), o policiamento comunitário traz a perspectiva de mudança, na atuação dos policiais e no seu papel junto da comunidade e realiza uma mudança de valores nos policiais e nos cidadãos, trazendo maior comprometimento e consciência de suas obrigações e responsabilidades.

O autor relata que o policiamento comunitário traz segurança pública e reduz taxas de criminalidade, reduzindo o medo do crime e faz a comunidade se sentir menos desamparada refazendo a conexão entre o público e a polícia. Bohn (2016) cita que uma das atitudes inerentes ao serviço policial comunitário é o incentivo a troca de informações entre o policial e a comunidade. O questionário aplicado possui

descrição do programa, instrução de comportamentos que devem ser adotados como uma preocupação com uma maior interação com a comunidade e o incentivo a troca de informações.

## 6 RESULTADOS

### 6.1 Resultados do questionário policiamento montado antes da adoção da filosofia comunitária

Os questionários mencionados na metodologia foram aplicados aos policiais do Regimento de Polícia Montada Coronel Rabelo durante o período de uma semana e houve vinte e uma respostas ao primeiro questionário.

Os dados demográficos do primeiro questionário obtiveram o seguinte resultado: 17 (81%) dos policiais eram do sexo masculino e 4 (19%) do sexo feminino.

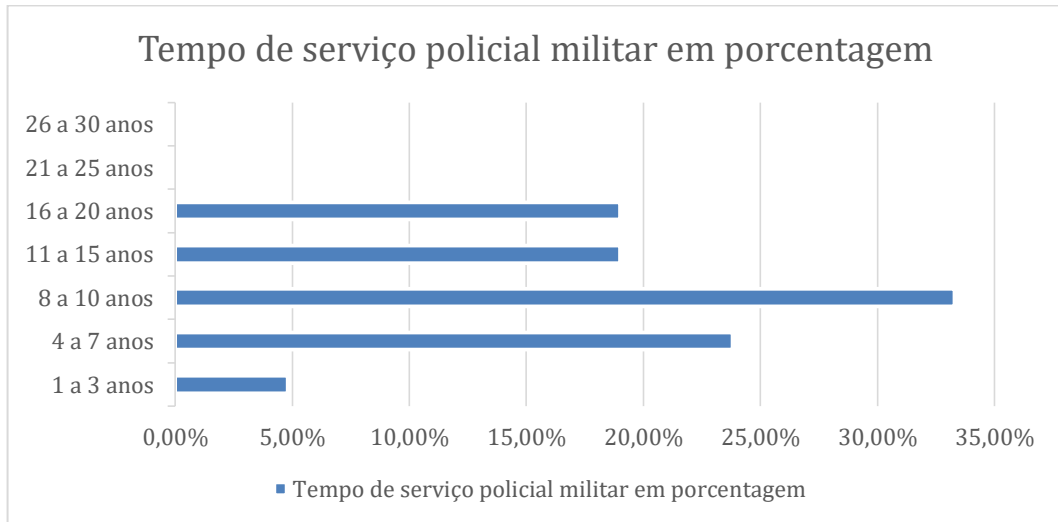
Gráfico 1 - Respostas referentes ao sexo do primeiro questionário.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Quanto ao tempo de serviço policial militar, 4,8% possuem de 1 a 3 anos de serviço policial militar, 4 a 7 anos correspondem a 23,8%, 8 a 10 anos corresponde a 33,3%, 11 a 15 anos corresponde a 19%, 16 a 20 anos corresponde a 19%.

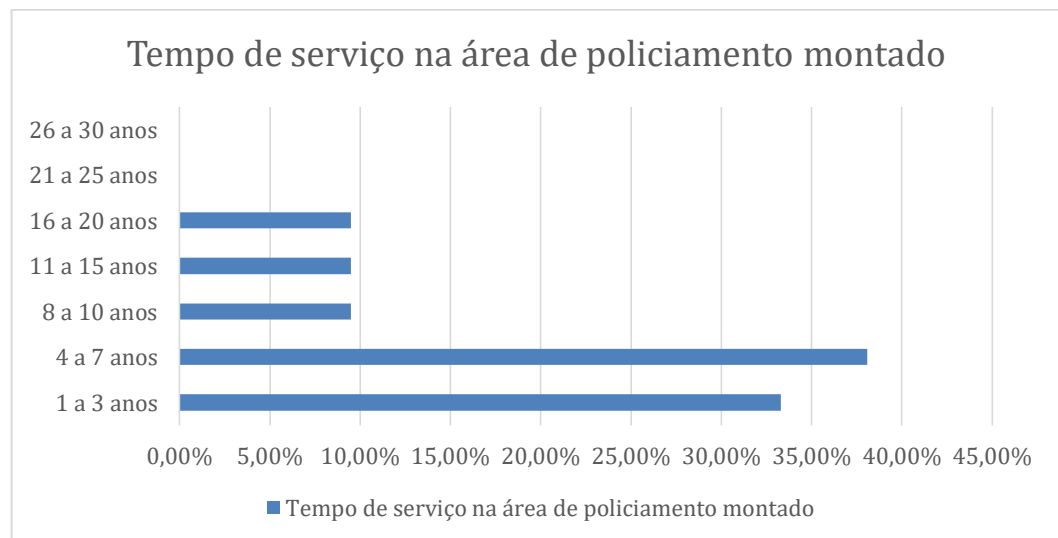
Gráfico 2 - Respostas referentes ao tempo de serviço policial militar do primeiro questionário



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Em relação ao tempo de serviço na área de policiamento montado 33,3% possuem de 1 a 3 anos, 38,1% possuem de 4 a 7 anos, 9,5% de 8 a 10 anos, 9,5% de 11 a 15 anos e 9,5% de 16 a 20 anos.

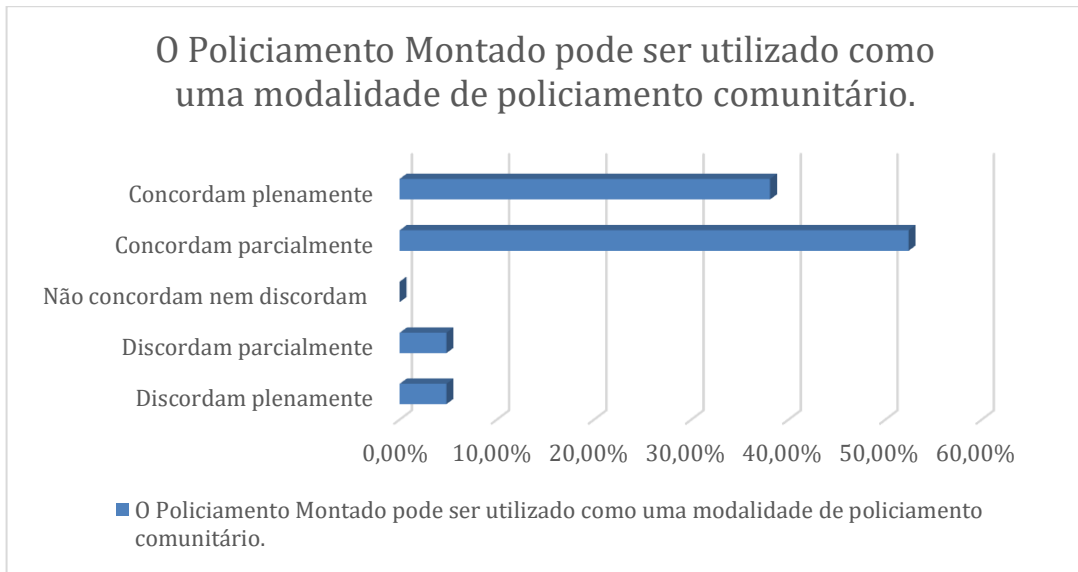
Gráfico 3 - Respostas referentes ao tempo de serviço no policiamento montado do primeiro questionário



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Referente à primeira afirmativa “O Policiamento Montado pode ser utilizado como uma modalidade de policiamento comunitário” os resultados foram os seguintes: 4,8% discordam plenamente, 4,8% discordam parcialmente, 52,4% concordam parcialmente e 38,1% concordam plenamente.

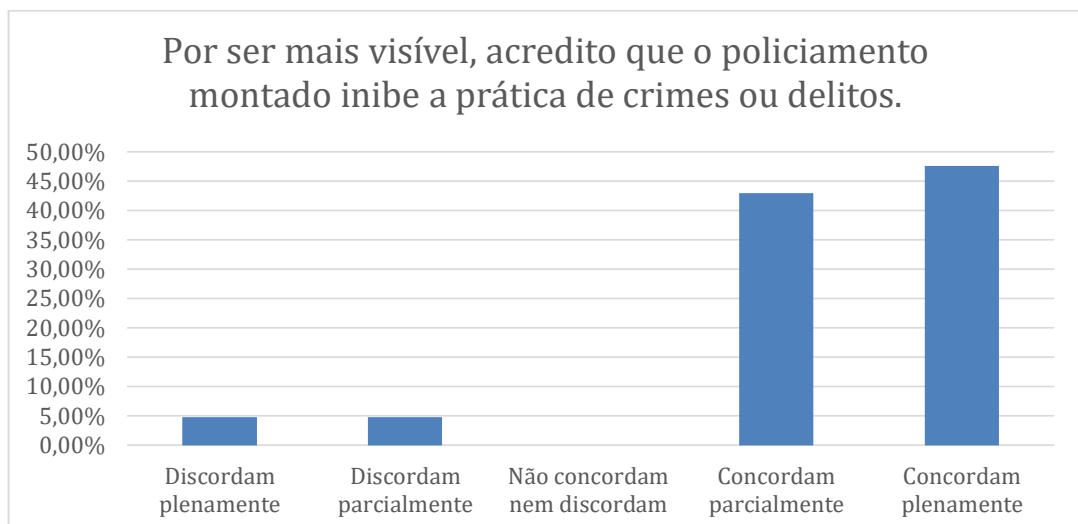
Gráfico 4 - Respostas referentes à primeira afirmativa “O Policiamento Montado pode ser utilizado como uma modalidade de policiamento comunitário” do primeiro questionário



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A segunda afirmativa do questionário era: Por ser mais visível, acredito que o policiamento montado inibe a prática de crimes ou delitos e obteve os seguintes resultados: 4,8% discordam plenamente, 4,8% discordam parcialmente, 42,9% concordam parcialmente 47,6% concordam plenamente.

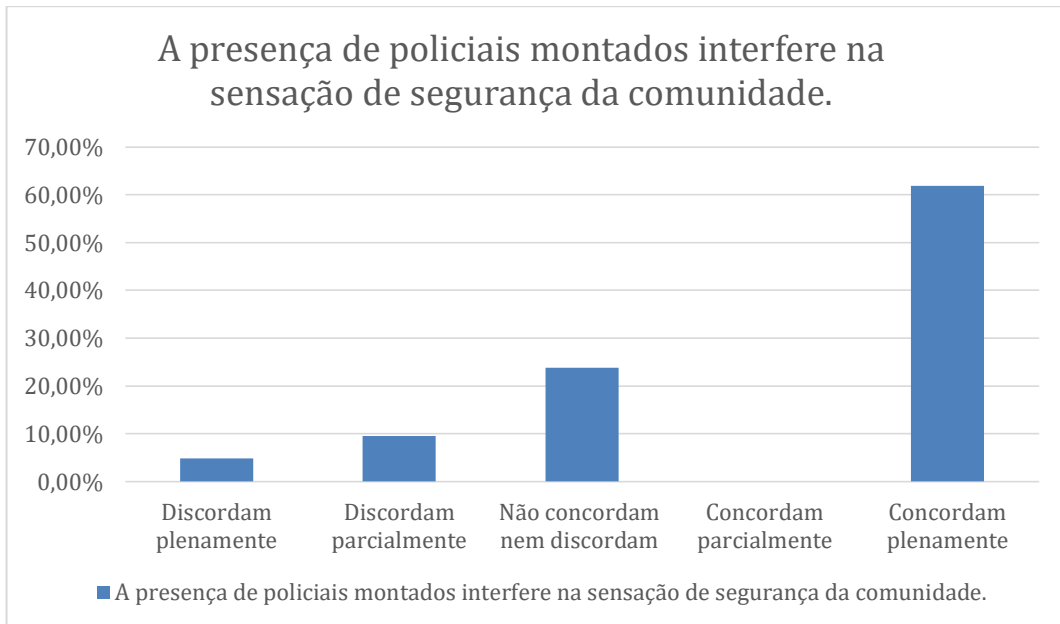
Gráfico 5 - Respostas referentes a segunda afirmativa “Por ser mais visível, acredito que o policiamento montado inibe a prática de crimes ou delitos” do primeiro questionário



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A terceira afirmava que a presença de policiais montados interfere na sensação de segurança da comunidade e obteve os seguintes resultados: 4,8% discordam plenamente, 9,5% discordam parcialmente, 23,8% não concordam nem discordam e 61,9% concordam plenamente.

Gráfico 6 - Resultado da terceira afirmativa sobre a interferência dos policiais montados na sensação de segurança.

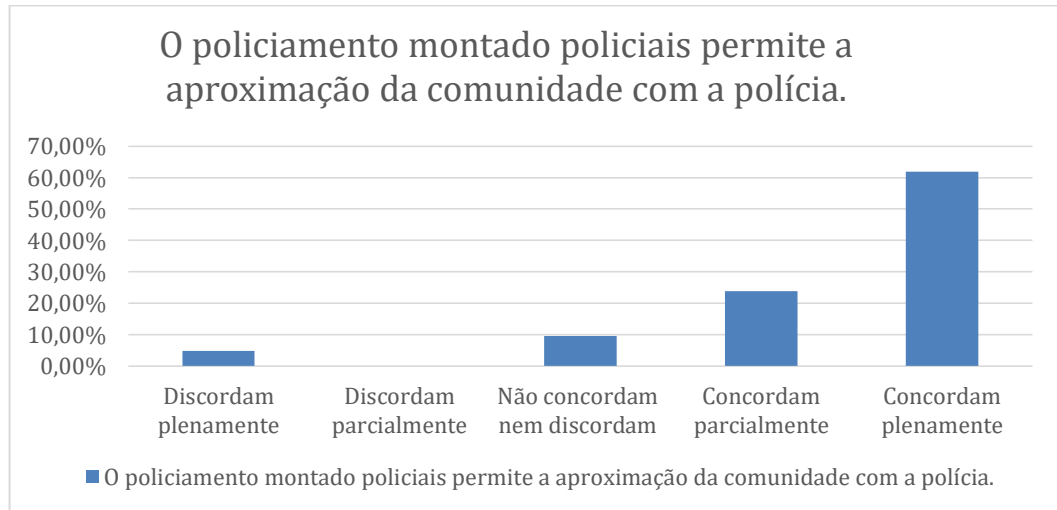


Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A quarta afirmativa era sobre o policiamento montado policiais permitir a aproximação da comunidade com a polícia e teve como resultados: 4,8% discordam plenamente, 0% discordam parcialmente, 9,5% não concordam nem discordam, 23,8% concordam parcialmente e 61,9% concordam plenamente.



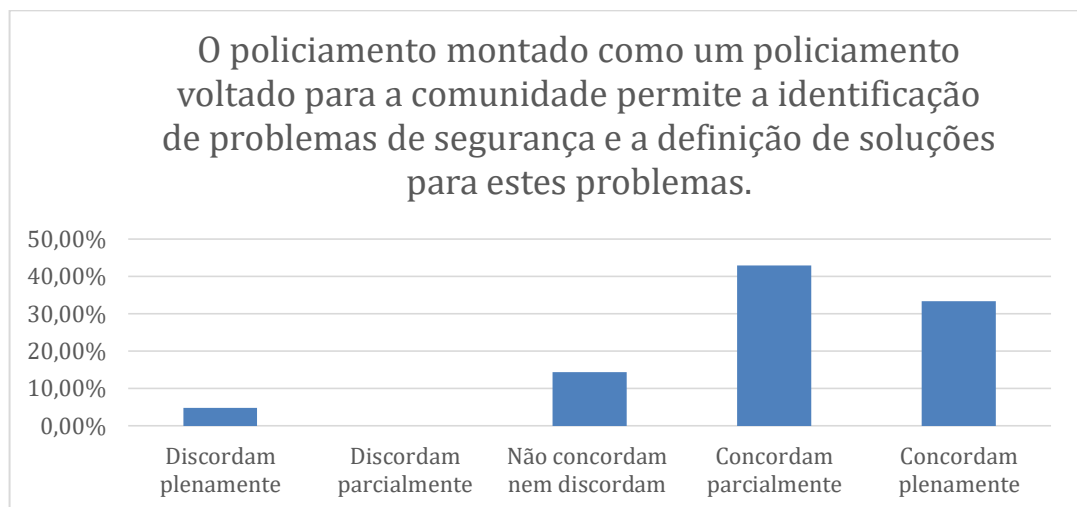
Gráfico 7 - Respostas referentes à quarta afirmativa sobre o policiamento montado permitir a aproximação da comunidade com a polícia.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A quinta afirmava que o policiamento montado como um policiamento voltado para a comunidade permite a identificação de problemas de segurança e a definição de soluções para estes problemas e obteve como resultados: 4,8% discordam plenamente, 4,8% discordam parcialmente, 14,3% não concordam nem discordam, 42,9% concordam parcialmente e 33,3% concordam plenamente.

Gráfico 8 - Respostas referentes à quinta afirmativa do primeiro questionário.

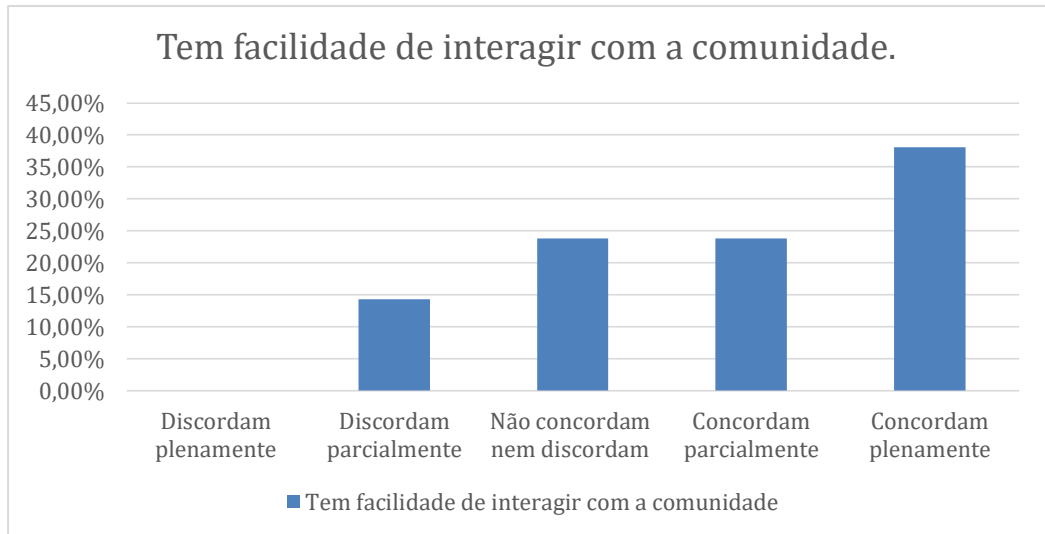


Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A sexta afirmativa era sobre ter facilidade de interagir com a comunidade e obteve as seguintes respostas: 0% discorda plenamente, 14,3% discordam

parcialmente, 23,8% não concordam nem discordam, 23,8% concordam parcialmente e 38,1% concordam plenamente.

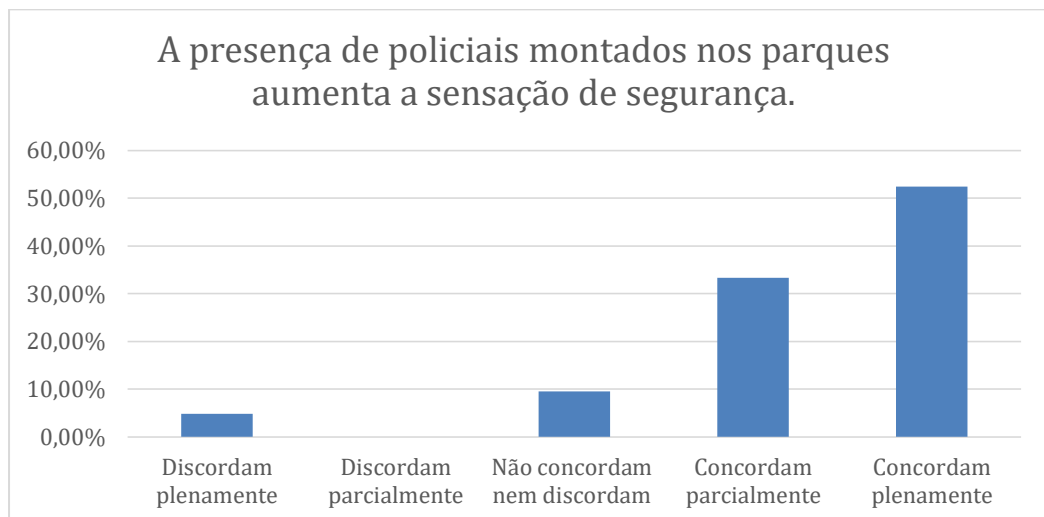
Gráfico 9 - Resultados referentes à sexta afirmativa do primeiro questionário.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A sétima afirmava que a presença de policiais montados nos parques aumenta a sensação de segurança e obteve as seguintes respostas: 4,8% discordam plenamente, 0% discordam parcialmente, 9,5% não concordam nem discordam, 33,3% concordam parcialmente e 52,4% concordam plenamente.

Gráfico 10 - Resultados da sétima afirmativa do primeiro questionário.

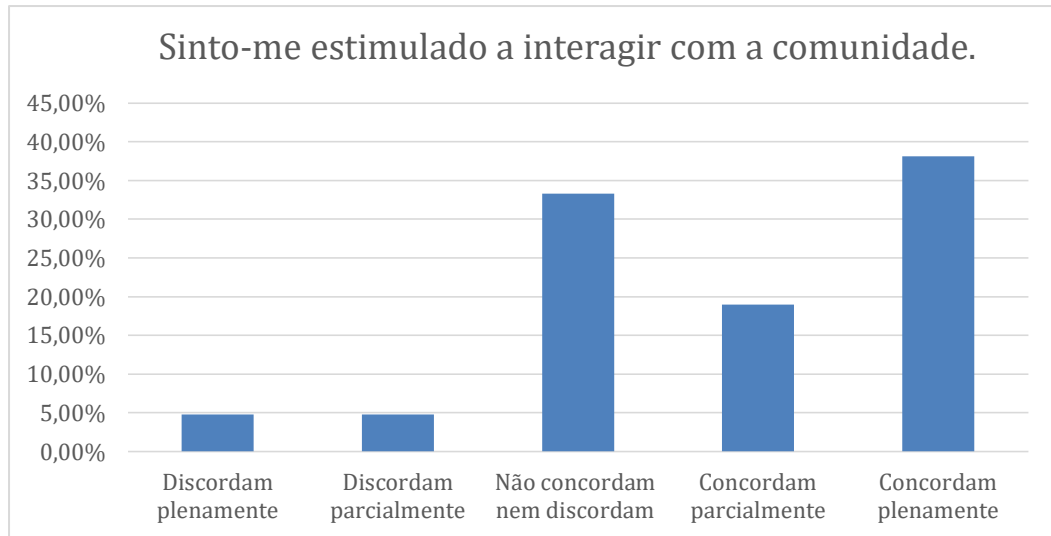


Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A oitava e última afirmativa do primeiro questionário descrevia: sinto-me estimulado a interagir com a comunidade. Esta obteve como respostas as seguintes:

4,8% discordam plenamente, 4,8% discordam parcialmente, 33,3% não concordam nem discordam, 19% concordam parcialmente e 38,1% concordam plenamente.

Gráfico 11 - Resultado da oitava afirmativa do primeiro questionário.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

## 6.2 Resultados questionário policiamento montado depois da adoção da filosofia comunitária

Os questionários mencionados na metodologia foram aplicados aos policiais do Regimento de Polícia Montada da Polícia Militar do Distrito Federal após adoção do Policiamento Comunitário Montado. A duração da aplicação se estendeu pelo período de uma semana. Foram coletadas vinte e uma participações no segundo questionário.

Os dados demográficos do segundo questionário obtiveram o seguinte resultado: 17 (81%) dos policiais eram do sexo masculino e 4 (19%) do sexo feminino.

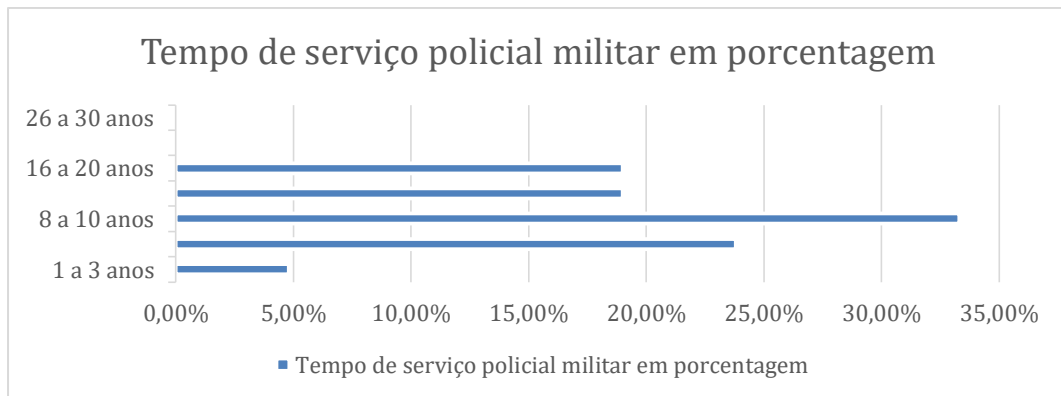
Gráfico 12 - Respostas referentes ao sexo do primeiro questionário.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Desse percentual de homens e mulheres, 4,8% possuem de 1 a 3 anos de serviço policial militar, 4 a 7 anos correspondem a 23,8%, 8 a 10 anos corresponde a 33,3%, 11 a 15 anos corresponde a 19%, 16 a 20 anos corresponde a 19%.

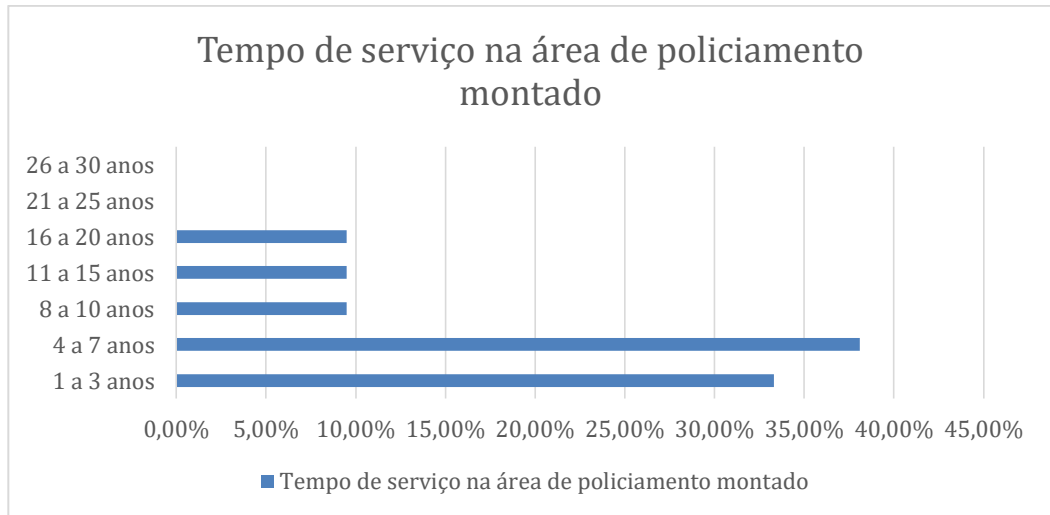
Gráfico 13 - Respostas referentes ao tempo de serviço policial militar do primeiro questionário



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Em relação ao tempo de serviço na área de policiamento montado 33,3% possuem de 1 a 3 anos, 38,1% possuem de 4 a 7 anos, 9,5% de 8 a 10 anos, 9,5% de 11 a 15 anos e 9,5% de 16 a 20 anos.

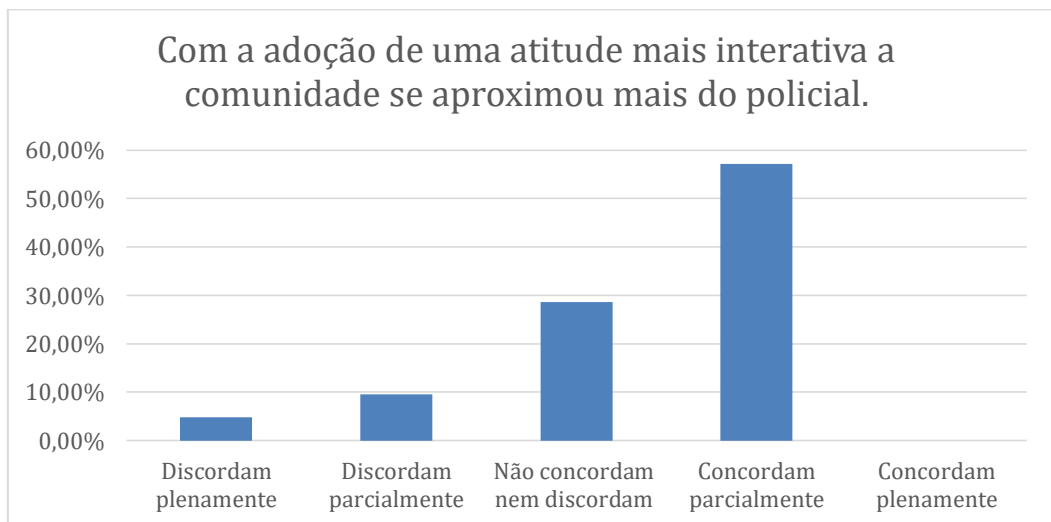
Gráfico 14 - Respostas referentes ao tempo de serviço no policiamento montado do primeiro questionário



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Referente à primeira afirmativa “com a adoção de uma atitude mais interativa a comunidade se aproximou mais do policial”, os resultados foram os seguintes: 4,8% discordaram totalmente, 9,5% discordam parcialmente, 28,6% não concordam nem discordam e 57,1% concordam parcialmente. Nenhum dos entrevistados concordou totalmente.

Gráfico 15 - Respostas referentes a primeira afirmativa “Com a adoção de uma atitude mais interativa a comunidade se aproximou mais do policial” do segundo questionário.

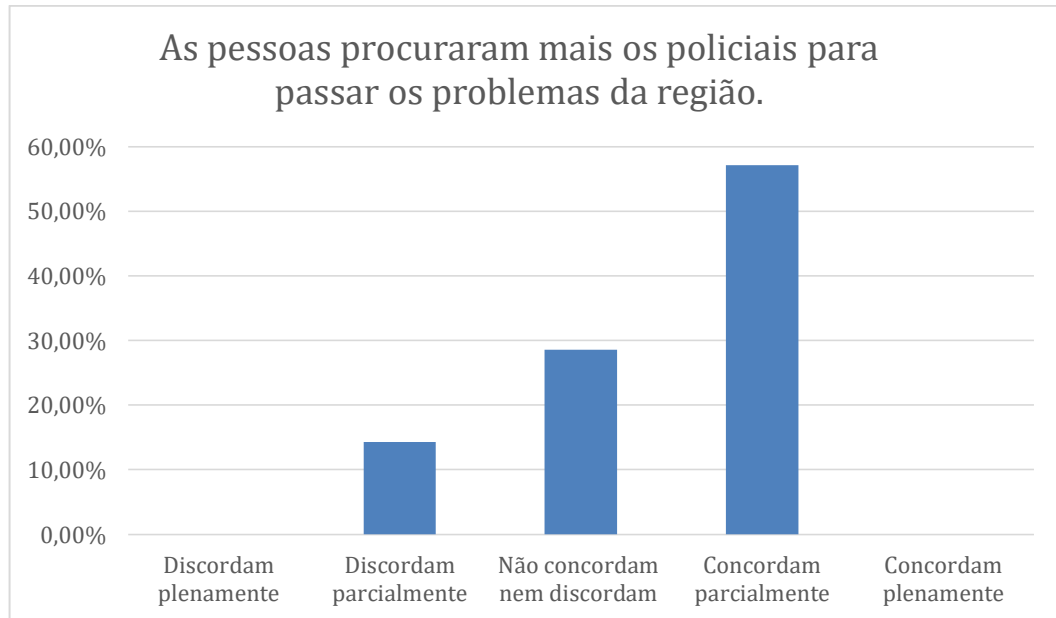


Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A segunda afirmativa do questionário era: “As pessoas procuraram mais os policiais para passar os problemas da região”. Essa alternativa obteve os seguintes resultados: 14,3% discordam parcialmente, 28,6% não concordam nem discordam e

57,1% concordam parcialmente. Nenhum dos entrevistados discordou totalmente ou concordou totalmente.

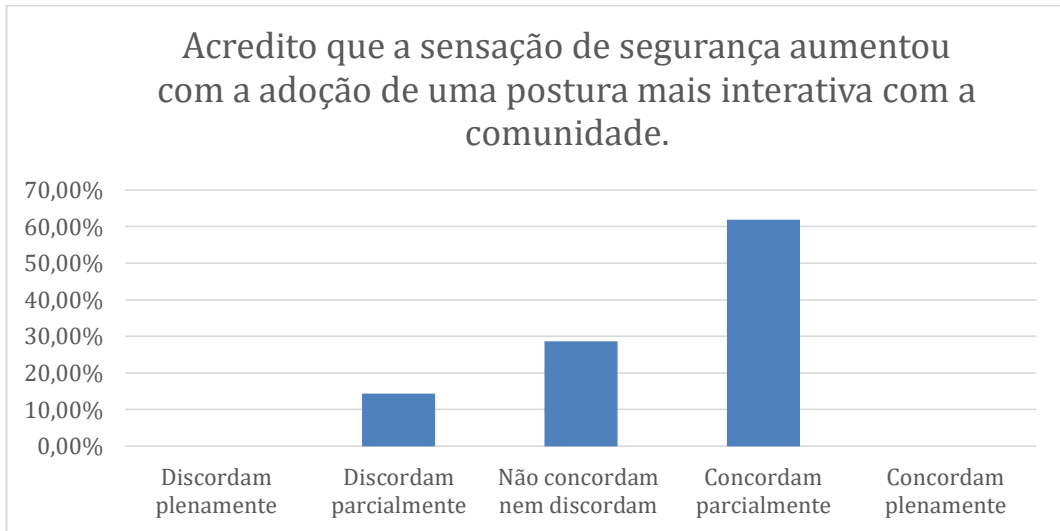
Gráfico 16 - Respostas referentes à segunda afirmativa “As pessoas procuraram mais os policiais para passar os problemas da região” do segundo questionário



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A terceira afirmativa dizia que “acredito que a sensação de segurança aumentou com a adoção de uma postura mais interativa com a comunidade” e obteve os seguintes resultados: 14,3% discordam parcialmente, 23,8% não concordam nem discordam e 61,9% concordam parcialmente. Nenhum dos entrevistados discordou totalmente ou concordou totalmente.

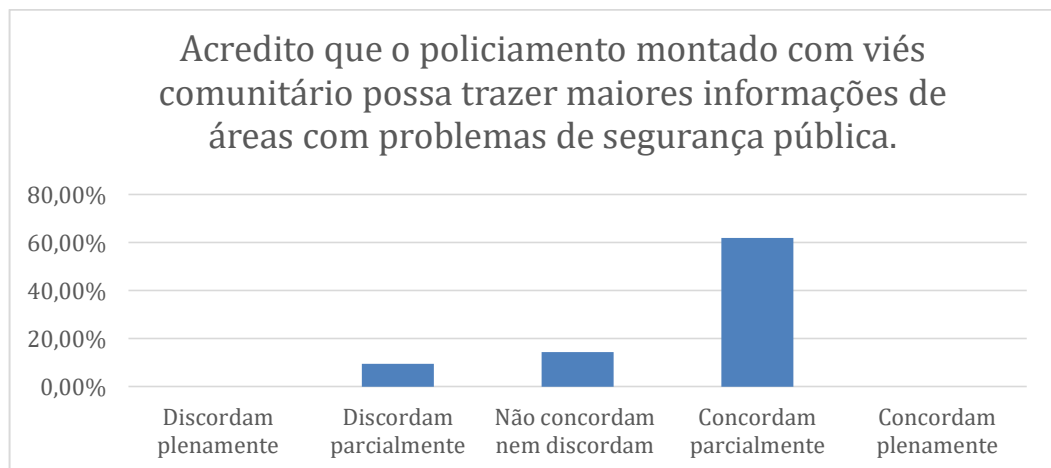
Gráfico 17 - Resultado da terceira afirmativa sobre a relação de segurança e interatividade com a comunidade.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A quarta afirmativa era: “Acredito que o policiamento montado com viés comunitário possa trazer maiores informações de áreas com problemas de segurança pública”. Tal afirmativa obteve os seguintes resultados: 9,5% discordam parcialmente, 14,3% não concordam nem discordam e 76,2% concordam parcialmente. Nenhum dos entrevistados concordou totalmente ou discordou totalmente com a afirmativa.

Gráfico 18 - Respostas referentes à afirmativa “acredito que o policiamento montado com viés comunitário possa trazer maiores informações de áreas com problemas de segurança pública”.

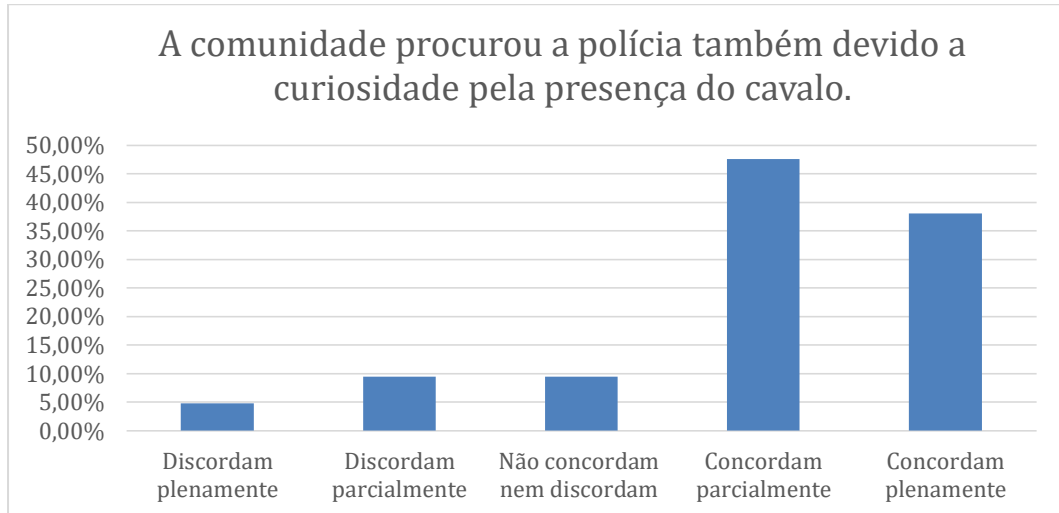


Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A quinta afirmava que “a comunidade procurou a polícia também devido à curiosidade pela presença do cavalo” e obteve os seguintes resultados: 4,8%

discordam parcialmente, 9,5% não concordam nem discordam, 47,6% concordam parcialmente e 38,1% concordam plenamente. Nenhum dos entrevistados discordou totalmente da afirmativa.

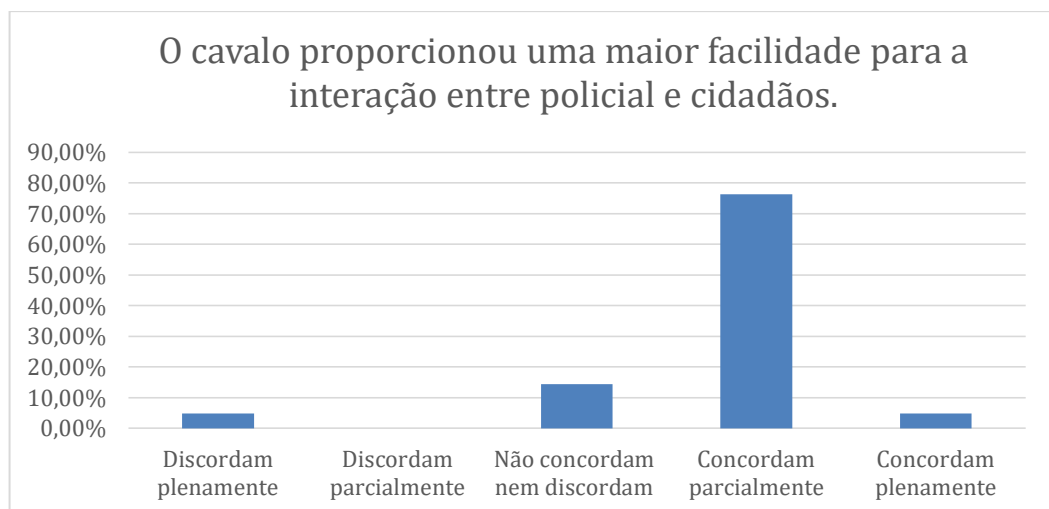
Gráfico 19 - Respostas referentes a quinta afirmativa do segundo questionário.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A sexta afirmativa era: “O cavalo proporcionou uma maior facilidade para a interação entre policial e cidadãos”. Tal afirmativa obteve as seguintes respostas: 4,8% discordam parcialmente, 14,3% não concordam nem discordam, 76,2% concordam parcialmente e 4,8% concordam plenamente. Nenhum dos entrevistados discordou totalmente da afirmativa.

Gráfico 20 - Resultados referentes a sexta afirmativa do segundo questionário.

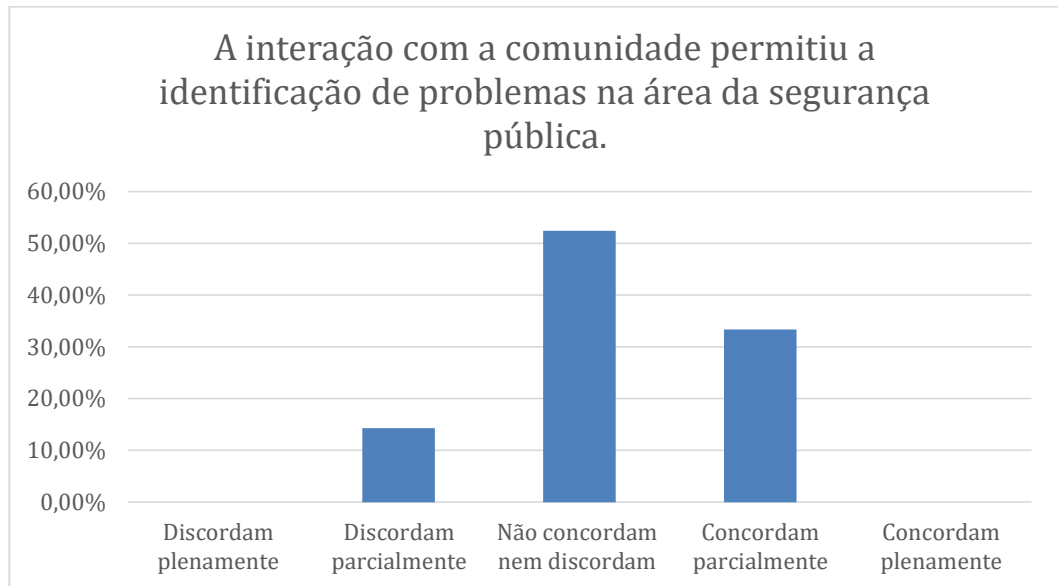


Fonte: Elaborado pelo autor (2022).



A sétima afirmava que “a interação com a comunidade permitiu a identificação de problemas na área da segurança pública”. Os seguintes resultados foram obtidos: 14,3% discordam parcialmente, 52,4% não concordam nem discordam, 33,3% concordam parcialmente. Nenhum dos entrevistados concordou totalmente ou discordou totalmente com a afirmativa.

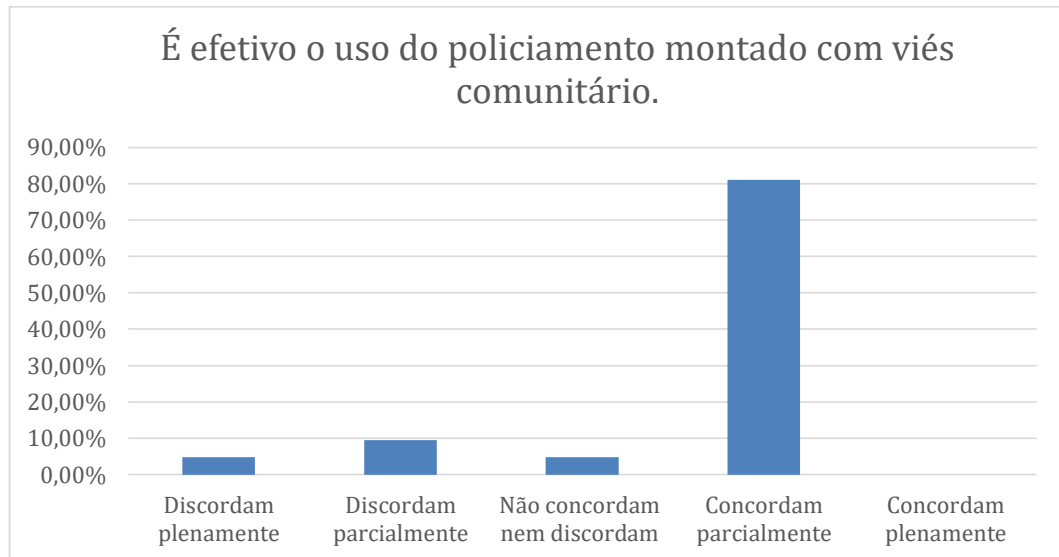
Gráfico 21 - Resultado da oitava afirmativa do segundo questionário.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A oitava e última afirmativa do segundo questionário afirmava que “É efetivo o uso do policiamento montado com viés comunitário”. Esta obteve os seguintes dados: 4,8% discordam plenamente, 9,5% discordam parcialmente, 4,8% não concordam nem discordam e 81% concordam parcialmente. Nenhum dos entrevistados concordou totalmente.

Gráfico 22 - Resultado da oitava afirmativa do segundo questionário



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

## 7 DISCUSSÃO

### 7.1 Análise e discussão dos resultados

Neste capítulo será realizada a análise dos resultados obtidos pela pesquisa, por meio de aplicação de dois questionários, cujo objetivo foi levantar o perfil e a percepção dos policiais militares quanto à aplicação do Policiamento Montado comunitário antes e depois da adoção experimental desse tipo de policiamento. Os dados colhidos serão acareados com a teoria apresentada. Por fim, será proposta uma solução, com a finalidade de orientar e prover os policiais de habilidades e ferramentas que potencializem a implementação do policiamento comunitário, aumentando a eficiência no combate ao crime e na interação com a comunidade.

A proposta de analisar as respostas dos policiais que atuam nas Rondas Ostensivas Montadas (ROMon) se deve a facilidade de entrevistá-los e também por terem uma experiência prévia com esta modalidade de policiamento e por já possuírem uma percepção de como a comunidade reage e interage com o policiamento montado.

Na metodologia foi proposto para a aplicação do segundo questionário mudanças de comportamentos como manter o policiamento mais próximo da pista de corrida e caminhada e das áreas onde há maior concentração de pessoas, aumentar a interação por meio de cumprimentos e manter uma postura de maior

acessibilidade. Estes foram aplicados e pelos resultados obtidos no questionário pode-se observar que a mudança comportamental melhorou a interação e o repasse de informações de problemas de segurança pública.

A metodologia aplicada para verificar a possibilidade de aplicar o policiamento comunitário agregado ao policiamento montado realizando questionários entre os policiais que vivenciam a prática das Rondas de Policiamento Montado (ROMon) nos parques do Distrito Federal permitiu ter a noção prática da viabilidade do projeto. Atualmente, há diversos programas como a escola de equitação e equoterapia do Regimento de Polícia Montada e aulas de artes marciais em vários batalhões da Polícia Militar voltados à polícia comunitária em execução na Polícia Militar do Distrito Federal, com a atuação do policiamento comunitário culminando em resultados favoráveis na prevenção de crimes e na imagem da polícia perante a sociedade. Estes programas permitem também uma prevenção criminal em nível primário, pois permitem o contato da população com as Unidades Policiais Militares (UPMs). Cerca de setenta e seis por cento (76,2%) dos policiais concordaram parcialmente com a afirmativa de que o policiamento montado com viés comunitário possa trazer maiores informações de áreas com problemas de segurança pública o que corrobora com um dos objetivos do policiamento comunitário.

Apesar do Regimento de Polícia Montada Coronel Rabelo não possuir áreas delimitadas de policiamento, podendo atuar em toda a área do Distrito Federal, este fato não impediria a atuação como policiamento comunitário, visto que sempre há atuação nos parques das Regiões Administrativas e existe a atração que o cavalo proporciona aumentando assim a interação entre os frequentadores e o policial.

O policiamento comunitário por envolver vários outros órgãos governamentais pode ser efetivado pela Polícia Militar através do policiamento montado por permitir a identificação de problemas de segurança pública que podem ser informados pela comunidade ou até mesmo observados pelos policiais durante as rondas e repassando estas informações para os outros órgãos responsáveis aplicando assim os princípios do policiamento comunitário. Para Zouain (2006), a forma da filosofia de policiamento comunitário é baseada em uma ideia de um policiamento ligado diretamente às necessidades da comunidade, buscando uma maior interação com o cidadão, de forma respeitosa, objetivando, assim, reduzir as taxas de criminalidade e de aumentar a sensação de segurança e paz social. Tais princípios podem ser

desenvolvidos durante o policiamento montado nos parques e até mesmo durante outras atividades desenvolvidas pelo Regimento de Polícia Montada.

## **7.2 Perfis pessoal e profissional dos participantes**

Todos que participaram das pesquisas são policiais militares da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). Todos os entrevistados são do serviço ativo e lotados no Regimento de Polícia Montada Coronel Rabelo. Foram registradas 21 respostas para ambos os questionários. O Sexo masculino representa a maioria dos participantes, com 81% da representação, ao passo que 19% representam o efetivo feminino. A minoria feminina já era esperada neste resultado, visto que há um limite definido em lei que fixa em 10% das vagas para ingresso de policiais femininas nos quadros da Polícia militar do Distrito Federal. Naturalmente, o efetivo do Regimento montado reflete esse cenário. Em números absolutos 17 participantes são do sexo masculino e 4 respondentes são do sexo feminino. Para o tipo de trabalho proposto, a amostra representa a população alvo e permite chegar a conclusões aceitáveis com a situação fática estudada.

Quanto ao tempo de serviço em anos, foram respondidos dois quesitos: tempo de serviço policial militar e tempo de serviço servindo no Regimento Policial Montado (RPMon). Para o primeiro quesito, foram obtidas 21 respostas. A amostra possui amplitude de 20 anos, sendo os policiais com menor tempo de serviço entre 1 e 3 anos de serviço prestados e os mais experientes entre 16 e 20 anos, não sendo registradas as faixas 21 a 25 anos e 26 a 30 anos. Esses resultados são devido ao fato de que a pesquisa se limitou a colher os dados apenas num local previamente definido, qual seja, o Regimento de Polícia Montada da Polícia Militar do Distrito Federal. Além disso, a pesquisa exigia que os 21 participantes respondessem às duas pesquisas, sendo que a primeira pesquisa tinha o objetivo de medir a percepção dos policiais antes da prática do policiamento montado comunitário e depois da aplicação desse tipo de policiamento. Para o segundo questionário foram coletadas 21 respostas. A amostra possui amplitude de 20 anos, sendo os policiais com menor tempo de serviço no regimento montado entre 1 e 3 anos de serviço prestados e os mais antigos no regimento entre 16 e 20 anos, não sendo registradas as faixas 21 a 25 anos e 26 a 30 anos. Assim como no primeiro questionário, o resultado é justificado pelo espaço amostral restrito ao Regimento de Polícia

Montada da Polícia Militar do Distrito Federal, assim como o número de participantes limitado a 21 respondentes.

### **7.3 Análise da situação-alvo**

Na maioria das respostas de ambos os questionários as respostas foram positivas tanto em questão da procura da comunidade quanto à aproximação do policiamento da comunidade. O objetivo da associação do policiamento comunitário com o montado é obter uma maior sensação de segurança nessas áreas, visto que a aproximação policial com a sociedade permite que sejam analisadas as causas da criminalidade. Segundo Almeida (2019), o policiamento montado proporciona elevada interação com a comunidade, principalmente em locais como parques, estações do metrô e comércios que são locais com grande aglomeração de pessoas. Pode-se concluir com estas informações que as pessoas são atraídas pela presença do cavalo e que este tipo de policiamento permite um maior contato entre a sociedade e o policial aumentando assim a confiança entre eles e facilitando o policiamento comunitário. Uma das formas de se estreitar laços entre a comunidade e a polícia é através do policiamento montado, pois esse processo de policiamento reduz a distância provocada pela patrulha motorizada e permite um contato mais próximo. Corroborando para isso, 61,9% dos policiais pesquisados concordaram de alguma forma que têm facilidade em interagir com a comunidade durante o policiamento montado e 85,7% concordam parcialmente e totalmente que o policiamento montado permite a aproximação da comunidade. Dos entrevistados, 57,1% disseram se sentir estimulados em interagir com a comunidade o que demonstra ser viável o policiamento montado comunitário. Segundo Bohn (2016), a polícia, na perspectiva comunitária, é o público e o público é a polícia, os policiais são aqueles membros da população que são pagos para dar atenção em tempo integral às obrigações dos cidadãos e são responsáveis pela qualidade de vida da comunidade.

Segundo Almeida (2019), o policiamento montado permite cobrir áreas extensas, em pouco tempo e pode atuar em diversos terrenos. Isto corrobora com a utilização do policiamento montado comunitário em parques e conforme os resultados apresentados na pesquisa 85,7% dos policiais entrevistados concordam

de alguma maneira que a sensação de segurança nos parques aumenta com a presença do policiamento montado.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados do presente estudo indicam que há eficiência em se associar o policiamento montado ao comunitário, o que viabiliza o produto proposto neste trabalho que é a modalidade Policiamento Montado Comunitário. O desenvolvimento em parques demonstra a fácil aplicabilidade, aproximação e interatividade com a comunidade o que proporciona a identificação de problemas de segurança pública que é um dos princípios do policiamento comunitário atual.

Verifica-se, de acordo com a metodologia aplicada e resultados obtidos, a necessidade de se estimular os Policiais Militares a interagir com a comunidade para conseguir as informações necessárias para coibir crimes e aumentar a sensação de segurança além de atender aos princípios de policiamento comunitário. Esta interação é necessária também para o aumento da confiança entre o policial e a sociedade que se faz imprescindível para a implementação do Policiamento Montado Comunitário.

O uso do cavalo como meio de atração da comunidade em relação ao policiamento se mostrou eficaz o que corrobora para a união do policiamento montado ao policiamento comunitário. Percebe-se que o animal promove uma maior aproximação pela curiosidade das pessoas que procuram os policiais para chegar mais perto e até mesmo poder acariciar o animal.

## REFERÊNCIAS

ALFAYA, T. V. **Teoria Geral da Administração**. Salvador: Faculdade de Tecnologia e Ciências, 2015. Disponível em: <https://www2.unifap.br/glauberpereira/files/2015/12/TGA-EBOOK2.pdf> Acesso em: 20 jul. 2022.

ALMEIDA, G. N. **Policamento comunitário e sensação de segurança**. Revista Ciência & Polícia, Instituto Superior de Ciências Policiais, Brasília, 2019.

ALVES, J. M. **Modelo japonês Chuzaisho**: o estudo da possibilidade de adequação da metodologia para os destacamentos e subdestacamentos da área do 15º batalhão de polícia militar. 2010. 82 f. Monografia (Especialização em Segurança Pública) – Academia de Polícia Pública Militar de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

BOHN, M. F. **Policamento Comunitário: A Transição Da Polícia Tradicional Para Polícia Cidadã**. Editora da PUCRS. Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em <https://editora.pucrs.br/anais/cienciascriminais/IV/> . Acesso em: 1 nov. 2021.

BONDARUK, R. L. **Manual de policamento montado comunitário**. Associação da Vila Militar Publicações Técnicas Volume XVII. 204 p. Maio de 2005. Curitiba, Paraná.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 10 maio 2022.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro. Campus, 2003.

FERRAZ, F. R. **Relações entre desenho urbano e ocorrências criminais: o caso do Distrito Federal**. 2017. 246 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31352> Acesso em: 23 out. 2021.

CARAVELLAS FILHO, F. D. C. **Policamento Montado – 40 anos**. A história de um sonho. Brasília, 2021.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 24.316, de 23 de dezembro de 2003. **Dispõe sobre a implantação no Distrito Federal do Programa de Segurança Comunitária e sobre a criação do Conselho Deliberativo de Segurança Comunitária, dos Grupos Gestores Regional de Segurança Comunitária e dos Núcleos de Segurança e dá outras providências**. Diário Oficial do Distrito Federal nº 249, Brasília, DF, p. 3, 24 dez. 2003. Disponível em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/44189/Decreto\\_24316\\_23\\_12\\_2003.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/44189/Decreto_24316_23_12_2003.html). Acesso em 24 maio 2022.



DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 36.419, de 25 março de 2015. Institui a Carta de Serviços ao Cidadão. **Diário Oficial do Distrito Federal**. Brasília, DF, 25 mar. 2015. Disponível em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/79265/Decreto\\_36419\\_25\\_03\\_2015.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/79265/Decreto_36419_25_03_2015.html). Acesso em 24 maio 2022.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 41.167, de 1º de setembro de 2020. **Regulamenta a aplicação do inciso II, do artigo 48, da Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977, que dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Distrito Federal**. Diário Oficial do Distrito Federal nº 198, Brasília, DF, p. 4, 19 out. 2020. Disponível em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/BaixarArquivoDiario.aspx?id\\_file=e74e61e4-954f-301e-a0bf-a54c87a019fd](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/BaixarArquivoDiario.aspx?id_file=e74e61e4-954f-301e-a0bf-a54c87a019fd) Acesso em 24 maio 2022.

FILOCRE, D'A. **Revista à Ordem Pública**. Revista de Informação Legislativa, Brasília, n. 184, p. 131-147, out./dez. 2009.

FONTOURA, N. de O.; RIVERO, P. S.; RODRIGUES, R. I. **Segurança Pública na Constituição Federal de 1988: continuidades e perspectivas. In: Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise, Vinte Anos da Constituição Federal**. Brasília: IPEA, 2010. n. 17, p. 135-196. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4327>. Acesso em: 13 set. 2022.

FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. **Método Científico: Definições, Aplicações, Principais Tipos e Etapas**. Fadepe, 16 jun. 2021, 04:06. Disponível em: <https://fadepe.org.br/2021/06/16/metodo-cientifico-definicoes-aplicacoes-principais-tipos-e-etapas/#:~:text=O%20m%C3%A9todo%20indutivo%20%C3%A9%20aquele,ocorrer%20novamente%20em%20observa%C3%A7%C3%B5es%20futuras.>>. Acesso em: 18 set. 2022.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D.; T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba. Intersaberes, 2014

LAZZARINI, Á. **O Direito Administrativo da Ordem Pública**. O Alferes, ed.47. Belo Horizonte, 1997.

LIMA, A. T. **Estratégias Institucionais para o Policiamento**. Revista Doutrinária da Polícia Militar de Pernambuco, Recife, v. 3, n. 1, 2014.

LOPES, E. B. **Policiamento Comunitário: Conceitos, Estratégias e Táticas**. Universidade Federal do Ceará. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009. Maranhão, **Anais** [...]. Maranhão: UFMA, 2009.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária**. 2. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2007.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária**. 5. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2012.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária**. 2. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2007

MONÇÃO, R. V. **A experiência da tropa montada da Polícia Militar do Distrito Federal no contexto das grandes manifestações**. Trabalho de conclusão de curso de pós-graduação Latu Senso em Equitação da Escola de Equitação do Exército. Rio de Janeiro, 2019.

MONTEIRO, M. F. **O Policiamento comunitário como alternativa à Democratização da Polícia**. 2005. 249 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2005.

MONTOYA, L. **Hierarquia das Necessidades: O que é e como utilizar a pirâmide de Maslow na sua rede**. **Central do Franqueado**, 2022. Disponível em <https://centraldofranqueado.com.br/gestao-de-franquias/piramide-maslow/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

MOREIRA, D. A. **Motivação e Teoria da Hierarquia das Necessidades de Maslow: Um estudo no Centro de Referência de Assistência Social em Bom Jardim - PE**. 2019. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração Pública) - Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em <https://repository.ufrpe.br/handle/123456789/2176>. Acesso em: 15 set. 2022.

MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. F. G. **Teoria Geral da Administração**. 3 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006

NETO, P. M. **Policiamento Comunitário e Prevenção do Crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 2004..

OLIVEIRA, M. P. N. **Polícia Comunitária no Mundo: breve histórico. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI**. 2009. Disponível em [http://arquivos.informe.jor.br/clientes/justica/pronasci/informativo\\_pronasci/](http://arquivos.informe.jor.br/clientes/justica/pronasci/informativo_pronasci/). Acesso em: 31 out. 2021.

PIOVESAN, A. TEMPORINI, E. R. **Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública**. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 29, n. 4, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89101995000400010>

POLICE DEPARTMENT CITY OF MADISON. Disponível em: <https://www.cityofmadison.com/police/field/mountedpatrol/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

POLICE INDIANAPOLIS. **How can police horses and mounted units be effective?** Disponível em: <https://impdmountedpatrol.org/mounted-units-effectiveness/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **PM Prepara Cidadão Bom de Bola**. 2019. Disponível em: <http://www.pm.df.gov.br/index.php/institucional/hinos-e-cancoes/104-noticias/destaques/833-pm-prepara-cidadao-bom-de-bola>. Acesso em: 2 nov. 2021.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Serviços da PMDF**. 2019. Disponível em: <http://www.pmdf.df.gov.br/index.php/informacoes/servicos>. Acesso em: 2 nov. 2021.

POMBO, J. F. R. **Dicionário de Sinônimos da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2011.

ROSA, J. C. V. **Policiamento comunitário: uma questão de planejamento estratégico**. Brazilian Journal of Development, 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/>. Acesso em: 30 out. 2021.

SENASP. **Manual de Policiamento Comunitário: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança**. Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2009.

SILVA LOPES, J. A. **Uma Análise do Planejamento e Implementação dos Postos Comunitários de Segurança no Distrito Federal**. Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública – REBESP, Goiânia, 2020.

SILVA, C. S. **O emprego do policiamento montado conforme a filosofia de polícia comunitária**. Universidade Federal do Ceará. 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/37254>. Acesso em: 28 out. 2021.

SOUZA, M. D. O., NEVES, D. M. **A importância da cavalaria para a atividade policial**. 2018.

TOLENTINO, F. B. **Policiamento montado nas ações de pacificação urbana**. 2010. 60 f. Monografia (Especialização em Administração da Segurança Pública) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

WILTGEN, G. **10 de maio: Dia da Arma de Cavalaria**. Disponível em: <https://www.defesaaereanaval.com.br/exercito/10-de-maio-dia-da-arma-decavalaria#:~:text=A%20origem%20da%20Cavalaria%20remonta,utilizar%20elefantes%2C%20camelos%20e%20cavalos>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

YATES, P. **A cost-effective study of Police Mounted Patrol Units**. Wichita Falls Police Department, Wichita Falls, Texas. Maio, 1992.

ZOUAIN, D. M. **Policiamento Comunitário: fator estratégico para implantação de política pública de segurança**. Revista Alcance, Biguaçu, v. 13, n. 3. 2006.

## APÊNDICE A -

### **Programa:**

Trabalho de Conclusão Ciências Policiais

### **Questionário:**

Pesquisa de opinião na Atuação do Regimento de Polícia Montada da Polícia Militar do Distrito Federal.

### **Descrição do Programa:**

O cavalo, por seu tamanho e pelo respeito que impõe, propicia a aproximação de pessoas e principalmente crianças por curiosidade. Esta aproximação acaba por aumentar a confiança entre a sociedade e a polícia, abrindo o caminho para a realização de um policiamento comunitário que possui um viés o qual a polícia e a população devem trabalhar juntas, identificando e resolvendo problemas quando se trata de questões inerentes à segurança pública.

Este programa tem como objetivo a aplicação de instrumento que visa identificar a percepção do policial militar em relação à atuação do Regimento de Polícia Montada da Polícia Militar do Distrito Federal. Os resultados desta avaliação serão utilizados no planejamento e na implementação de ações que busquem a melhoria do policiamento comunitário na região.

### **Instruções do Questionário:**

Prezado (a) policial militar, este instrumento é constituído por um conjunto de questões e tem o propósito específico de avaliar a atuação do Regimento de Polícia Montada em relação a sua atuação na área. Recomenda-se que o instrumento deva ser respondido com responsabilidade e seriedade, pois sua opinião pode contribuir com o desenvolvimento de um policiamento montado comunitário.

### **Dados demográficos**

Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

Idade: ( ) Entre 18 e 30 anos ( ) Entre 31 e 45 anos ( ) Acima de 45 anos

Tempo de serviço policial militar: ( ) 1 a 3 anos ( ) 4 a 7 anos ( ) 8 a 10 anos

( ) 11 a 15 anos ( ) 16 a 20 anos ( ) 21 a 25 anos ( ) 26 a 30 anos

Há quantos anos atua na área de policiamento montado: ( ) 1 a 3 anos ( ) 4 a 7 anos ( ) 8 a 10 anos ( ) 11 a 15 anos ( ) 16 a 20 anos ( ) 21 a 25 anos ( ) 26 a 30 anos



O policiamento montado como um policiamento voltado para a comunidade permite a identificação de problemas de segurança e a definição de soluções para estes problemas.

Tenho facilidade em interagir com a comunidade.

A presença de policiais montados nos parques aumenta a sensação de segurança.

Sinto-me estimulado a interagir com a comunidade.

OBSERVAÇÕES:

---

---

---

---

---

## APÊNDICE B

### **Programa:**

Trabalho de Conclusão Ciências Policiais

### **Questionário:**

Pesquisa de opinião na Atuação do Regimento de Polícia Montada da Polícia Militar do Distrito Federal.

### **Descrição do Programa:**

O cavalo, por seu tamanho e pelo respeito que impõe, propicia a aproximação de pessoas e principalmente crianças por curiosidade. Esta aproximação acaba por aumentar a confiança entre a sociedade e a polícia, abrindo o caminho para a realização de um policiamento comunitário que possui um viés o qual a polícia e a população devem trabalhar juntas, identificando e resolvendo problemas quando se trata de questões inerentes à segurança pública.

Este programa tem como objetivo a aplicação de instrumento que visa identificar a percepção do policial militar em relação à atuação do Regimento de Polícia Montada da Polícia Militar do Distrito Federal. Os resultados desta avaliação serão utilizados no planejamento e na implementação de ações que busquem a melhoria do policiamento comunitário na região.

### **Instruções do Questionário:**

Prezado (a) policial militar, este instrumento é constituído por um conjunto de questões e tem o propósito específico de avaliar a atuação do Regimento de Polícia Montada em relação a sua atuação na área com ênfase no policiamento comunitário. É necessário que para responder este questionário se adote durante o policiamento uma maior interação com a comunidade e que o policial se mostre mais receptivo a ouvir os cidadãos. Recomenda-se que o instrumento deva ser respondido com responsabilidade e seriedade, pois sua opinião pode contribuir com o desenvolvimento de um policiamento montado comunitário.

### **Dados demográficos**

Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

Idade: ( ) Entre 18 e 30 anos ( ) Entre 31 e 45 anos ( ) Acima de 45 anos

Tempo de serviço policial militar: ( ) 1 a 3 anos ( ) 4 a 7 anos ( ) 8 a 10 anos

( ) 11 a 15 anos ( ) 16 a 20 anos ( ) 21 a 25 anos ( ) 26 a 30 anos

Há quantos anos atua na área de policiamento montado: ( ) 1 a 3 anos ( ) 4 a 7 anos ( ) 8 a 10 anos ( ) 11 a 15 anos ( ) 16 a 20 anos ( ) 21 a 25 anos ( ) 26 a 30 anos





com  
problemas  
de  
segurança  
pública.

A  
comunidade  
procurou a  
polícia  
também  
devido a  
curiosidade  
pela  
presença do  
cavalo.

O cavalo  
proporcionou  
uma maior  
facilidade  
para a  
interação  
entre policial  
e cidadãos.

A interação  
com a  
comunidade  
permitiu a  
identificação  
de  
problemas  
na área da  
segurança  
pública.

É efetivo o  
uso do  
policimento  
montado  
com viés  
comunitário.

OBSERVAÇÕES:

---



---



---



---